

Votorantim S.A.

**Demonstrações
Financeiras consolidadas
e relatório dos auditores
independentes
2020**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Votorantim S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Votorantim S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'C. Guaraná'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice**Demonstrações financeiras consolidadas****Demonstrações**

Balanco patrimonial consolidado	2
Demonstração consolidada do resultado.....	4
Demonstração consolidada do resultado abrangente	5
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	7
Demonstração consolidada do valor adicionado	9

Considerações gerais

1 Considerações gerais.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas ...	19
2.1 Base de apresentação	19
2.2 Consolidação	19
2.3 Conversão de moeda estrangeira.....	20
3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	22

Passivo e patrimônio líquido

21 Empréstimos e financiamentos	60
22 Arrendamento	65
23 Risco sacado a pagar	67
24 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	67
25 Provisões	70
26 Uso do bem público - UBP.....	77
27 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	78
28 Patrimônio líquido.....	81

Riscos

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	23
5 Gestão de risco socioambiental	23
6 Gestão de risco financeiro.....	23
6.1 Fatores de risco financeiro	23
6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos	27
6.1.2 Estimativa do valor justo	30
6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade	32
7 Instrumentos financeiros por categoria	34
8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	36

Resultado

29 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados.....	84
30 Abertura do resultado por natureza.....	86
31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	87
32 Resultado financeiro líquido.....	88

Ativo

9 Caixa e equivalentes de caixa	37
10 Aplicações financeiras	37
11 Contas a receber de clientes	39
12 Estoques	40
13 Instrumentos financeiros – Ações	41
14 Tributos a recuperar	42
15 Partes relacionadas	42
16 Contratos futuros de energia	44
17 Investimentos.....	45
18 Imobilizado	50
19 Intangível.....	53
20 Direito de uso sobre contratos de arrendamento.....	59

Informações suplementares

33 Benefícios fiscais.....	89
34 Seguros.....	89
35 Informações de segmentos de negócios	90
36 Eventos subsequentes	97

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	9.783	6.262
Aplicações financeiras	10	5.678	4.444
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	221	62
Contas a receber de clientes	11	3.209	2.196
Estoques	12	4.724	4.129
Tributos a recuperar	14	2.033	1.968
Dividendos a receber	15	176	81
Contratos futuros de energia	16	49	
Outros ativos		538	621
		26.411	19.763
Ativos classificados como mantidos para venda		25	
		26.436	19.763
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	10	20	23
Instrumentos financeiros - ações	13	2.590	2.749
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	1.945	337
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)	252	655
Tributos a recuperar	14	2.966	3.477
Partes relacionadas	15	196	229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	2.731	3.341
Depósitos judiciais	25 (b)	193	345
Contratos futuros de energia	16	9	29
Securitização de recebíveis		149	140
Outros ativos		701	586
		11.752	11.911
Investimentos	17 (c)	12.698	11.720
Imobilizado	18 (a)	30.105	27.148
Intangível	19 (a)	14.594	13.283
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	20	797	813
Ativos biológicos		96	85
		70.042	64.960
Total do ativo		96.478	84.723

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	1.407	954
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	511	69
Arrendamento	22	235	210
Risco sacado a pagar	23	2.380	1.415
Fornecedores		5.404	4.429
Salários e encargos sociais		1.174	836
Tributos a recolher		760	424
Adiantamento de clientes		182	102
Dividendos a pagar		44	120
Uso do bem público - UBP	26	97	87
Contratos futuros de energia	16	75	81
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		141	106
Outros passivos		924	870
		<u>13.334</u>	<u>9.703</u>
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		2	2
		<u>13.336</u>	<u>9.705</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	23.658	18.801
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	2.412	383
Arrendamento	22	623	631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	2.373	2.087
Partes relacionadas	15	11	50
Provisões	25 (a)	3.586	3.137
Uso do bem público - UBP	26	1.400	1.151
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	27	524	367
Contratos futuros de energia	16	210	122
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		722	621
Outros passivos		827	761
		<u>36.346</u>	<u>28.111</u>
Total do passivo		<u>49.682</u>	<u>37.816</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		28.656	28.656
Reservas de lucros		8.806	11.165
Ajustes de avaliação patrimonial	28 (c)	4.879	1.948
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		<u>42.341</u>	<u>41.769</u>
Participação dos acionistas não controladores		4.455	5.138
Total do patrimônio líquido		<u>46.796</u>	<u>46.907</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>96.478</u>	<u>84.723</u>

	Nota	2020	2019
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	29	36.667	30.907
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(29.620)	(25.812)
Lucro bruto		7.047	5.095
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	30	(900)	(873)
Gerais e administrativas	30	(2.626)	(2.492)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	31	(2.182)	6.007
		(5.708)	2.642
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.339	7.737
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	17 (c)	727	919
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos			108
		727	1.027
Resultado financeiro líquido	32		
Receitas financeiras		680	1.269
Despesas financeiras		(3.075)	(2.514)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		(121)	(235)
Variações cambiais, líquidas		(1.024)	(137)
		(3.540)	(1.617)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.474)	7.147
Imposto de renda e contribuição social			
	24 (a)		
Correntes		(901)	(1.461)
Diferidos		(691)	(705)
Lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas		(3.066)	4.981
Operações descontinuadas			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas		1	(56)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas		(3.065)	4.925
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		(1.636)	5.170
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores		(1.429)	(245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.065)	4.925
Quantidade média ponderada de ações - milhares (controladores)		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(89,50)	282,84
Das operações continuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(89,55)	285,90
Das operações descontinuadas			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, em reais		0,05	(3,06)

	Nota	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.065)	4.925
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Variação cambial de investidas no exterior	28 (c)	3.062	96
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários	28 (c)	(289)	92
Hedge accounting operacional de investidas	28 (c)	(636)	(39)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados	28 (c)	(25)	43
Realização de resultados abrangentes do ganho na alienação de investimento	28 (c)	(173)	(15)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários	28 (c)	712	(121)
Perda no aporte de capital em investida	28 (c)		(120)
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	28 (c)	426	340
Realização de resultados abrangentes na liquidação de investimento			(108)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	28 (c)	(2)	(24)
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Variação cambial de investidas no exterior		960	(50)
Hedge accounting operacional		(3)	3
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(7)	28
		4.025	125
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	28 (c)	(169)	(133)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo		25	
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		1	(1)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		3.882	(9)
Das operações			
Operações continuadas		816	4.972
Operações descontinuadas		1	(56)
		817	4.916
Atribuível aos acionistas			
Controladores		1.295	5.181
Não controladores		(478)	(265)
		817	4.916

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

	Atribuível aos acionistas controladores								Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
		Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2019		28.656	10	771	6.307		1.475	37.219	5.623	42.842
Ajuste IAS 29 e variação cambial					(295)		419	124		124
Mais valia de ativos St. Mary's					94		43	137		137
Alocação do preço de compra CESP					356			356		356
Em 1º de janeiro de 2019, após os impactos da adoção das normas e reapresentações		28.656	10	771	6.462		1.937	37.836	5.623	43.459
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						5.170		5.170	(245)	4.925
Outros componentes do resultado abrangente							11	11	(20)	(9)
Total do resultado abrangente do exercício						5.170	11	5.181	(265)	4.916
Perda no aumento de capital em investida						(188)		(188)		(188)
Aquisição de participação de não controladores									(3)	(3)
Dividendos distribuídos						(1.475)		(1.475)	(217)	(1.692)
Reversão de dividendos deliberados						415		415		415
Destinação do resultado do exercício										
Constituição de reserva legal					261		(261)			
Retenção de lucros					4.909		(4.909)			
Total de contribuições e distribuições para acionistas				261	3.661	(5.170)		(1.248)	(220)	(1.468)
Em 31 de dezembro de 2019		28.656	10	1.032	10.123		1.948	41.769	5.138	46.907
Em 1º de janeiro de 2020		28.656	10	1.032	10.123		1.948	41.769	5.138	46.907
Prejuízo do exercício							(1.636)	(1.636)	(1.429)	(3.065)
Outros componentes do resultado abrangente							2.931	2.931	951	3.882
Total do resultado abrangente do exercício							(1.636)	1.295	(478)	817
Dividendos distribuídos	28 (c)				(800)			(800)	(205)	(1.005)
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas					37			37		37
Reversão de dividendos e juros sobre capital próprio deliberados					40			40		40
Destinação do resultado do exercício										
Absorção do prejuízo					(1.636)	1.636				
Total de contribuições e distribuições para acionistas					(2.359)	1.636		(723)	(205)	(928)
Em 31 de dezembro de 2020		28.656	10	1.032	7.764		4.879	42.341	4.455	46.796

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.474)	7.147
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas		1	(56)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	30	3.293	3.067
Equivalência patrimonial	17 (c)	(727)	(919)
Juros, variações monetárias e cambiais		2.066	510
Constituição de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	30	2.777	714
Perda (ganho) líquida na venda de imobilizado e intangível	30	74	(8)
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	21 (b)	95	22
Constituição de provisões		202	98
Instrumentos financeiros derivativos		252	152
Contratos futuros de energia		54	195
Ganho líquido na venda de investimento	30	(427)	(6.720)
Perda líquida com instrumento financeiro - <i>put option</i>	6.1.1 (b)	403	89
Ganho por compra vantajosa de investida	1.1 (a)	(366)	
Reconhecimento de crédito de PIS e COFINS sobre base de cálculo de ICMS		(168)	(747)
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(44)	17
Realização de resultado abrangente na venda de investimento			(108)
Perda na renegociação de dívidas		17	
		6.028	3.453
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras		(1.040)	(695)
Instrumentos financeiros derivativos		(239)	136
Contas a receber de clientes		73	333
Estoques		45	(207)
Tributos a recuperar		754	(494)
Partes relacionadas		33	42
Depósitos judiciais		125	356
Demais créditos e outros ativos		(64)	(99)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(111)	292
Salários e encargos sociais		250	(9)
Uso do bem público - UBP		(8)	(17)
Tributos a recolher		(230)	(51)
Adiantamento de clientes		57	(26)
Demais obrigações e outros passivos		487	(476)
Caixa proveniente das atividades operacionais		6.160	2.538
Juros pagos sobre empréstimos e uso do bem público - UBP		(1.320)	(1.252)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(407)	(189)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.433	1.097

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		242	132
Recebimento pela venda de investimentos		1.462	8.181
Recebimento de dividendos		172	546
Aquisição de imobilizado	18	(3.516)	(3.189)
Aumento de ativo biológico		(7)	(11)
Aquisição de investimentos	17	(222)	(156)
Aquisição de intangível	19	(22)	(59)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.287)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.891)	4.157
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	21 (b)	11.772	4.323
Liquidação de empréstimos e financiamentos	21 (b)	(10.846)	(9.356)
Liquidação de contratos de arrendamento	22	(251)	(217)
Instrumentos financeiros derivativos		55	(7)
Pagamento de dividendos		(1.041)	(1.639)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(311)	(6.896)
Acréscimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		2.231	(1.642)
Efeito no caixa de empresas incluídas na consolidação		7	
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		1.283	162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.262	7.742
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.783	6.262

	Nota	2020	2019
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		41.773	35.271
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11	(31)	(17)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	595	6.721
		42.337	41.975
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(25.596)	(21.029)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(821)	(930)
Impairment de ágio, imobilizado, intangível e outros ativos	31	(2.777)	(714)
Valor adicionado bruto		13.143	19.302
Depreciação, amortização e exaustão			
Depreciação, amortização e exaustão	18, 19 e 20	(3.293)	(3.067)
Valor adicionado líquido produzido		9.850	16.235
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias	17	727	919
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		2.245	1.748
		2.972	2.667
Valor adicionado total a distribuir		12.822	18.902
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais			
Remuneração direta		3.007	2.787
Encargos sociais		1.122	1.066
Benefícios		709	647
		4.838	4.500
Impostos e contribuições			
Federais		2.909	3.200
Estaduais		2.798	2.332
Municipais		18	17
Diferidos		691	705
		6.416	6.254
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		4.288	2.884
Aluguéis		345	339
		4.633	3.223
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		(1.429)	(245)
Dividendos		(1.005)	(1.692)
Lucros (prejuízos) retidos		(632)	6.918
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas		1	(56)
		(3.065)	4.925
Valor adicionado distribuído		12.822	18.902

1 Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, no Brasil, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais de construção, finanças, energia metais e mineração, agroindústria, alumínio, e aços longos.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

(a) Aquisição de unidade fabril - CBA

A controlada CBA anunciou em agosto 2019, a assinatura do contrato de compra e venda de ações com a finalidade de adquirir integralmente as ações da empresa Arconic Indústria e Comércio de Metais Ltda., unidade localizada em Pernambuco, no Nordeste brasileiro, que irá complementar a linha de produtos laminados da CBA.

De acordo com o IFRS3 / CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios", em caso de compra vantajosa o adquirente deve reconhecer o ganho resultante na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a CBA promoveu prévia revisão para certificar de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados e reconheceu os mesmos durante a revisão. A CBA contratou empresa especializada para emissão de laudo de PPA (*Purchase Price Allocation*) da adquirida, concluído em dezembro de 2020.

Em fevereiro de 2020, em razão do fechamento da operação, as quotas da sociedade adquirida foram transferidas para a Companhia, e a razão social da empresa adquirida passou a ser denominada CBA Itapissuma Ltda.

O preço pago na aquisição totalizou o montante de R\$ 204 na aplicação do método de aquisição previsto nos IFRS 13/CPC 15 (R1), gerando ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 366, líquido dos efeitos tributários da mais valia, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Adicionalmente houve efeito tributário no valor de R\$ 124 referente ao ganho por compra vantajosa em razão da efetiva tributação, que ocorrerá quando da sua realização (alienação, incorporação, cisão ou fusão), se aplicável.

A composição preliminar dos ativos líquidos adquiridos encontra-se detalhada abaixo:

	Saldo inicial 01/02/2020	Ajuste preço de venda	Mais valia	Tributos diferidos	Saldo final 31/12/2020
Em 31 de dezembro de 2020					
Caixa	224	(20)			204
Total da contraprestação transferida	224	(20)			204
Valores reconhecidos de ativos indenticáveis adquiridos e passivos assumidos					
Caixa e equivalentes de caixa	7				7
Aplicações financeiras	20				20
Contas de clientes a receber	58				58
Estoques	139				139
Imobilizado	216		294	(100)	410
Outros ativos adquiridos	21		1		22
Fornecedores	(69)				(69)
Outros ativos assumidos	(16)				(16)
Total de ativos líquidos identificáveis	376		295	(100)	571
Ganho por compra vantajosa	151	20	295	(100)	366
Tributos diferidos (34%) sobre compra vantajosa					(124)
Total da compra vantajosa líquida					242

(b) Opção de compra de Ventos do Piauí II e III – VE

Em janeiro de 2020, a *joint venture* VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”), com controle compartilhado entre a Votorantim Geração de Energia (“VGE”) e o CPP Investments, exerceu sua opção de compra dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III para desenvolvimento de novos parques eólicos na região Nordeste do Brasil, que demandarão investimentos da ordem de R\$ 2.000. O contrato de compra e venda foi assinado em 10 de julho de 2020, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, pelo montante de R\$ 115. O início de construção dos parques está previsto para 2021, com entrada em operação em 2022. Cada um dos complexos será composto por cinco parques eólicos localizados na região da Serra do Inácio. Ventos do Piauí II terá 100% da sua estrutura distribuída entre 3 municípios piauienses (Curral Novo, Paulistana e Betânia do Piauí) e o complexo Ventos do Piauí III terá aerogeradores instalados em Curral Novo (Piauí), Araripina e Ouricuri (Pernambuco). Juntos, os novos complexos terão uma capacidade instalada de geração de energia de 409,2 MW e tornarão a VTRM responsável por aproximadamente 1 GW de capacidade instalada de geração de energia eólica naquela região.

(c) Deliberação de dividendos – VSA

Em 20 de janeiro de 2020, a Companhia deliberou o pagamento no montante de R\$ 401 à sua controladora Hejoassu Administração S.A., correspondente a dividendos relativos à parte do saldo da conta de “Reservas de Lucros”, acumulado de exercícios anteriores. O valor foi integralmente pago em 10 de fevereiro de 2020.

Em 01 de dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou à sua controladora Hejoassu Administração S.A. o montante de R\$ 399 correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de “Reservas de lucros” acumulados até 31 de dezembro de 2019.

(d) Aditamento ao contrato de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 – Votorantim Cimentos

Em 30 de janeiro de 2020, a controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) renegociou as condições contratuais do empréstimo sob a Lei nº 4.131/1962, contratado em março de 2018, no montante total de USD 100 milhões (R\$ 426). A Companhia estendeu o prazo final de vencimento de 2023 para 2025, e contratou um novo *swap* (instrumento financeiro derivativo) ao custo de 107,00% do CDI. O *swap* anterior, ao custo de 112,00% do CDI, foi extinto no momento da renegociação do contrato principal de empréstimo.

Em 9 de março de 2020, a controlada VCNNE renegociou as condições contratuais do empréstimo sob a Lei 4.131/1962, assinado em setembro de 2018, no montante total de USD 50 milhões (R\$ 239). A VCNNE estendeu o prazo final de vencimento de 2023 para 2025, e contratou um novo *swap* (instrumento financeiro derivativo) ao custo de 111,00% do CDI. O *swap* anterior, ao custo de 108,00% do CDI, foi extinto no momento da renegociação do contrato principal de empréstimo.

Os *swaps* atrelados às operações foram contratados em conjunto com a mesma instituição financeira do empréstimo e visam tanto a troca de exposição à taxa flutuante LIBOR para taxa flutuante CDI, como a troca de moeda USD para BRL.

(e) Notas de Crédito à Exportação (“NCE”) – CBA e Nexa

Em fevereiro de 2020, a controlada CBA firmou um contrato de NCE visando o financiamento de suas exportações no montante de R\$ 250, com vencimento final em 2029. A operação possui contrato de *swap* atrelado (instrumento financeiro derivativo – *hedge accounting*), que visa a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, resultando no custo médio ponderado de 4,25% ao ano. Destaca-se que o empréstimo é caracterizado como financiamento verde com base nas diretrizes dos *Green Loan Principles*.

No final de março de 2020, para expandir sua liquidez de curto prazo no Brasil, a controlada Nexa firmou 4 contratos de NCE no valor principal total de R\$ 1.247 (aproximadamente USD 250 milhões) a custos entre 134,20% do CDI e CDI + 1,80% até 4,20%, com vencimentos entre 1 e 5 anos.

Em 9 de abril de 2020, a controlada Nexa firmou um contrato adicional de NCE no valor total de principal de R\$ 230 (aproximadamente USD 45 milhões) e custo de CDI + 3,90 %, com vencimento de 1 ano, o qual foi liquidado em 30 de outubro de 2020.

(f) Distribuição de dividendos – Nexa

Em 13 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da controlada Nexa aprovou, de acordo com as leis de Luxemburgo, distribuição de dividendos aos seus acionistas registrados em 16 de março de 2020, no montante de R\$ 260 (USD 50 milhões), pagos em 30 de março de 2020.

(g) Contrato de empréstimo – Nexa

Em 12 de março de 2020, a fim de expandir sua liquidez de curto prazo, a controlada Nexa contratou empréstimo com instituição financeira global no valor principal de R\$ 477 (aproximadamente USD 100 milhões) a custo pré-fixado em reais de 8,50% ao ano, com vencimento de 5 anos. Simultaneamente, a controlada Nexa contratou *swap* para trocar a taxa de juros pré-fixada em dólares americanos de 2,45% ao ano, bem como a moeda dos pagamentos do serviço da dívida de BRL para USD.

(h) Captação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 – Votorantim Cimentos

Em 16 de março de 2020, a VCSA firmou contrato de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962 no montante total de USD 50 milhões (R\$ 249) com vencimento em 20 de março 2025.

A operação possui contrato de *swap* (instrumento financeiro derivativo) que visa tanto a troca de exposição à taxa pré-fixada em dólar para taxa flutuante CDI, como troca de moeda USD para BRL, resultando no custo final de 110,80% ao ano do CDI. Este *swap* foi contratado em conjunto com a mesma instituição financeira do empréstimo.

(i) Utilização de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) – Votorantim Cimentos e Nexa

Durante o ano de 2020, as controladas indiretas St. Mary's e Votorantim Cimentos International ("VCI") realizaram diversos movimentos na linha de crédito rotativo disponível, sendo que a linha ficou totalmente sacada até meados de setembro de 2020. Estas captações fizeram parte da estratégia das controladas indiretas para reforçar sua posição de liquidez e fazer frente as incertezas geradas pela pandemia e ao período de sazonalidade que recorrentemente afeta os mercados localizados no exterior.

Em 28 de setembro de 2020, a controlada indireta VCI realizou o pré-pagamento parcial da *Committed Credit Facility* no montante de USD 126 milhões (R\$ 706), utilizando sua própria posição de caixa e aportes de capital da controlada VCSA.

No quarto trimestre de 2020, a controlada indireta St. Marys liquidou antecipadamente o montante de USD 152 milhões (R\$ 849) de sua linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*), dando continuidade à sua estratégia de otimização de capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de USD 278 milhões estava à disposição da controlada indireta para novos saques, se necessário. Durante o período de eventos subsequentes, foram realizados saques adicionais, conforme Nota 37.

Em 13 de maio de 2020, a controlada indireta Votorantim Cimentos Europa Ásia e África ("VCEAA") realizou o saque da linha de crédito rotativo no montante de USD 200 milhões. Os recursos oriundos deste saque foram utilizados para executar a recompra dos títulos (*bonds*) da controlada indireta VCI com vencimento em abril de 2021.

Em 14 de setembro de 2020, a controlada indireta VCEAA realizou o pré-pagamento total do saldo devedor na *Revolving Credit Facility* no montante de USD 200 milhões. Os recursos deste pré-pagamento foram oriundos, predominantemente, de aportes de capital da controlada VCSA. Essa linha de crédito foi contratada pela controlada VCSA e suas controladas no montante total de USD 500 milhões e com vencimento em agosto de 2023. Os recursos permanecem disponíveis para novos saques, em caso de necessidade.

Em 14 de abril de 2020, a fim de aumentar sua liquidez de curto prazo, a controlada Nexa sacou totalmente sua linha de crédito rotativo no valor de USD 300 milhões. Em 30 de junho de 2020, realizou o pré-pagamento integral desta linha com os recursos

obtidos com o *Bond Offering*, conforme nota 1.1 (j). A linha de crédito rotativo permanece disponível para a controlada até outubro de 2024.

(j) Bond Offering – Nexa

Em 15 de junho de 2020, a controlada Nexa efetuou *Bond Offering* no montante de R\$ 2.738 (USD 500 milhões), com vencimento em janeiro de 2028 a taxa de juros de 6,50% ao ano. Essa oferta foi feita de acordo com a estratégia da controlada de aumentar sua liquidez e refinar parte de sua dívida atual, estendendo seu prazo médio.

Com os recursos captados por meio da *Bond Offering* mencionada acima, a controlada antecipou o pagamento dos seguintes passivos:

(i) em 19 de junho de 2020, o principal pendente e os juros acumulados de um Contrato de Pré-Pagamento de Exportação no valor de USD 100 milhões; (ii) em 23 de junho de 2020, o principal em aberto e juros acumulados da Linha de Crédito Rotativo no valor total de USD 301 milhões; (iii) em 29 de junho de 2020, o principal em aberto e os juros acumulados de uma Nota de Crédito de Exportação no Brasil no valor de USD 96 milhões.

(k) Reconhecimento de perda por *impairment* – Nexa, Votorantim Cimentos e CBA

A controlada Nexa reconheceu, durante o ano de 2020, perda por *impairment*, classificado no imobilizado, na classe de obras em andamento, no valor total de R\$ 217. O montante refere-se, substancialmente, ao projeto Jarosita. A execução do projeto está suspensa e sem expectativa para retomada.

Adicionalmente, a controlada Nexa, durante o ano de 2020, reconheceu perda por *impairment* em sua Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) Cerro Pasco no valor de R\$ 1.101 e em ágio no segmento de mineração no valor de R\$ 1.191. A perda por redução ao valor recuperável representa a supervalorização do valor contábil dos ativos incluídos na UGC e no segmento de mineração peruano sobre seus respectivos valores justos menos custos de alienação (FVLCD na sigla em inglês) dos ativos incluídos.

Tais perdas por redução ao valor recuperável da controlada Nexa ocorreram principalmente como resultado da queda de preços dos metais, suspensão da produção e aumento dos custos operacionais, totalizando perda por *impairment* no montante de R\$ 2.509, reconhecidas em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

Para a controlada VCSA, dentro do segmento Europa, Ásia e África, as operações da Turquia são consideradas, de maneira consistente com os anos anteriores, uma única UGC. Por meio do método de valor em uso, foi identificado no segundo trimestre de 2020 *impairment* nas classes de ativo imobilizado de terras e terrenos, edifícios e construções, e nas classes de ativo intangível de *software*, direitos de exploração de recursos naturais, *asset retirement obligation* e outros, no montante de R\$ 143, decorrente principalmente da atualização das premissas de volumes de venda para os próximos anos. Porém, no quarto trimestre de 2020, durante a revisão anual da recuperabilidade dos ativos, a controlada VCSA confirmou que a provisão de *impairment* realizada anteriormente deve ser mantida e o valor atualizado do *impairment* para a taxa de conversão na data das demonstrações financeiras é de R\$ 146.

Por meio do método de valor em uso, foi identificada reversão de *impairment* no segmento Europa, Ásia e África e no segmento Brasil, nas classes de ativo imobilizado de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, edifícios e construções, e na classe de ativo intangível, direitos de exploração de recursos naturais, no montante de R\$ 13.

No segmento América Latina, as operações da Bolívia são consideradas, de maneira consistente com os anos anteriores, uma única UGC. Por meio do método de valor em uso, no segundo trimestre de 2020, foi identificado *impairment* nas classes de ativo de máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 136, decorrente principalmente do aumento da taxa de desconto, devido revisão para cima do risco país e custo da dívida, e da redução dos volumes de venda de cimento esperados para 2020. Porém, no quarto trimestre de 2020, durante a revisão anual da recuperabilidade dos ativos, a controlada identificou a necessidade de reversão parcial do *impairment*, pelo montante de R\$ 74, e o valor atualizado do *impairment* para a taxa de conversão na data das demonstrações financeiras foi de R\$ 65.

Durante o ano de 2020, a controlada CBA constituiu provisão de *impairment*, em seu imobilizado, no montante de R\$ 18.

(l) Retorno do setor de mineração no Peru – Nexa

Após o fim do período de restrições operacionais às indústrias não essenciais, imposto pelo governo peruano devido ao COVID-19, as operações nas unidades de mineração Cerro Lindo e El Porvenir, da controlada Nexa, foram retomadas de forma gradual e progressiva a partir do dia 11 de maio de 2020, seguindo protocolos rígidos de saúde e segurança. Entretanto, as operações na mina subterrânea de Atacocha permanecem suspensas e a controlada não definiu por quanto tempo essa suspensão irá durar.

Em 27 de janeiro de 2021, o governo peruano declarou novas medidas restritivas em resposta à "segunda onda" do COVID-19, o qual estava previsto para terminar em 28 de fevereiro de 2021, com possibilidade de prorrogação.

(m) Contrato de empréstimo com BNDES – Nexa

Em julho de 2020, a controlada Nexa contratou empréstimo, aprovado pelo BNDES, no valor principal total de R\$ 750 (aproximadamente USD 140 milhões) a um custo de TLP + 3,39%, com prazo de 20 anos. O valor será utilizado para financiar o projeto Aripuanã.

Durante o quarto trimestre de 2020, a controlada Nexa realizou os desembolsos das seguintes quantias:

(i) Em 26 de outubro de 2020 foi utilizado o valor de R\$ 225 (aproximadamente USD 40 milhões); (ii) Em 28 de dezembro de 2020 foi utilizado o valor de R\$ 250 (aproximadamente USD 48 milhões).

(n) Reversão da constituição de crédito tributário diferido – CBA

No terceiro trimestre de 2020, a controlada CBA reavaliou a recuperação dos tributos diferidos registrados em sua apuração fiscal e o estudo técnico realizado demonstrou que não era possível a contabilização integral do crédito referentes à Provisões (*impairment* e perdas diversas). Desta forma, houve a reversão da constituição do crédito tributário diferido no montante de R\$ 376.

No quarto trimestre de 2020, a controlada CBA reavaliou a recuperação dos tributos diferidos registrados em sua apuração fiscal, baseado em estudo técnico, e devido à falta de expectativa de realização, resultou na reversão do crédito tributário diferido anteriormente constituído sobre o *impairment* de Niquelândia, São Miguel Paulista e Ferro Níquel, no montante total de R\$ 446.

(o) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS - CBA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve o reconhecimento do crédito de imposto relativa a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") sobre a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), com registro do ativo no montante de R\$ 168, sendo R\$ 75 de principal, registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e R\$ 93 de atualização monetária, registrados na rubrica "Resultado financeiro líquido".

(p) Contrato de intenção de venda da Unidade de São Miguel Paulista – CBA

A controlada CBA assinou acordo de intenção venda da Unidade de São Miguel Paulista (Níquel) no dia 28 de setembro de 2020, sendo que o fechamento da operação somente ocorrerá após período de avaliações da planta pela compradora, e caso seja bem-sucedida, será concluído até dezembro de 2021.

(q) Vendas de ações detidas de ações da Suzano – VSA

Em 02 de dezembro de 2020, a VSA, alienou 25.000.000 de ações ordinárias na Suzano S.A (“Suzano”) detidas pela Companhia, pelo valor de R\$ 55,71 cada, totalizando o montante de R\$ 1.393. Após a venda a VSA mantém em sua titularidade 50.180.059 ações ordinárias, correspondentes a aproximadamente 3,7% do capital social total e votante da Suzano. Os impactos da transação estão detalhados no quadro abaixo:

Outros resultados operacionais	406
Receita auferida na alienação de ações	1.393
Taxas e emolumentos	(12)
Custo na venda de ações	(1.238)
Realização de outros resultados abrangentes	263
Imposto de renda e contribuição social	(138)
Correntes	(341)
Diferidos	203
Ganho líquido na venda	268

(r) Distribuição de juros sobre capital próprio – CESP

Em 16 de dezembro de 2020, a investida Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) aprovou a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (“JCP”), imputável ao dividendo mínimo obrigatório, no montante bruto de R\$ 150, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O valor bruto por ação é de R\$ 1,8245 para ações preferenciais A e R\$ 0,4265 para ações preferencias B e ações ordinárias, sendo o pagamento no exercício de 2021, em data coincidente com o próximo pagamento de dividendos, a ser definida pela Assembleia de Acionistas da investida.

(s) Pagamento antecipado do Bond 2021 – VSA

Em 23 de dezembro de 2020 a Companhia liquidou antecipadamente o montante remanescente do título de dívida com cupom de 6,75% ao ano e vencimento em 2021 (“Bond 2021”), no valor total de principal de US\$ 240 milhões. Esta operação alinha-se com a estratégia de gestão de endividamento da VSA. Com esta liquidação, não há mais dívidas em aberto no nível da holding.

(t) GSF (Generation Scale Factor) – Votorantim Cimentos e CBA

A Lei nº 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (Usina Hidrelétricas Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do

prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895 de 2020 (“Resolução”), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE” ou “Câmara”) efetuou, a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência”), cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro de 2020, de algumas usinas das controladas CBA e VCSA.

Determinados fatores considerados para o cálculo inicial da CCEE foram, em alguma medida, alterados pela ANEEL na homologação da versão final da regulação, hoje vigente e que subsidia os cálculos que, nesta data, estão em elaboração pela Câmara. Adicionalmente, alguns fatores para o correto cálculo da extensão da outorga não são conhecidos pela Companhia, principalmente quanto aos efeitos causados pelas Usinas Hidrelétricas Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (as chamadas “usinas estruturantes”), restrições originadas pela não conclusão, por empresas de transmissão, de obras de linhas e instalações para escoamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A esse respeito, vale dizer que em função do período de concessão da Companhia, esses dados de entrada, apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e enviados diretamente à Câmara para serem considerados no cálculo e no processamento dos valores finais de compensação, sem divulgação pública ou aos agentes, são relevantes na determinação do tempo total estimado de extensão de outorga e na apuração de recuperação de custos.

Portanto, é impraticável, nesse momento, uma estimativa com segurança por parte da Administração, restando aguardar a CCEE efetuar e disponibilizar os cálculos finais, considerando todos os parâmetros dados pela Resolução, de compensação aplicável aos agentes titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

Até a data de divulgação desta Demonstração Financeira, não havia confirmação de que os cálculos já haviam sido concluídos pela CCEE e enviados para a ANEEL. Essa etapa está prevista para ocorrer até o dia 3 de março de 2021, e a ANEEL divulgará até o dia 2 de abril de 2021, com o início da adesão pelos agentes. Em posse dos números divulgados, a Administração das controladas submeterá à aprovação do Conselho de Administração para adesão e registro do ativo regulatório. Vale dizer que as usinas administradas pela CBA não possuem ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, tão pouco qualquer obrigação em relação ao tema.

Desse modo, a Administração concluiu que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro de 2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para o dia 2 de abril de 2021 e após a aprovação da adesão pelas controladas no Conselho de Administração.

(u) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (“COVID-19”)

Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes nos países de atuação da Companhia e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos países em que a Companhia e suas controladas atuam. A Companhia e suas controladas avaliam e implementam constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis. Neste cenário, a Companhia e suas controladas vem monitorando os efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas informações financeiras divulgadas. Abaixo, as avaliações mais relevantes:

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas consideram que os potenciais efeitos da pandemia, representam uma mudança nos fatos e circunstâncias considerados nos cenários futuros projetados pela Administração para a análise anual da recuperabilidade dos ativos não financeiros elaborados para as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, a Companhia e suas controladas estão reavaliando e monitorando constantemente os indicativos de *impairment* dos ativos não financeiros, na intenção de identificar evidências de perdas no valor recuperável (*impairment*).

As controladas Nexa, VCSA e CBA registraram durante o ano de 2020, *impairment* de R\$ 2.777, conforme detalhamento na Nota 1.1 (k).

(ii) Recuperabilidade dos tributos diferidos ativos

Ao longo do exercício de 2020, visto o cenário de incerteza, a controlada VCSA não registrou novos valores de prejuízo fiscal e base negativa nos segmentos Brasil, América Latina, Europa, Ásia e África. No entanto, durante a revisão anual da recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, realizada no quarto trimestre de 2020, que considera os lucros tributáveis futuros calculados com base no Planejamento Estratégico atualizado, a VCSA constituiu o montante de R\$ 27 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A controlada CBA avaliou os impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal/base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2020 e verificou a necessidade de reversão de parte do ativo tributário diferido, com base nos testes de recuperabilidade efetuados no quarto trimestre de 2020, conforme Nota 1.1 (n).

(iii) Análise dos índices de liquidez e linhas de crédito disponíveis

A Companhia possui sólida posição de liquidez, reforçada por linhas de crédito rotativo disponíveis no montante de USD 200 milhões. Suas controladas Votorantim Cimentos e Nexa também possuem linhas semelhantes. A Votorantim Cimentos possui uma linha de USD 778 milhões. A Nexa, por sua vez, tem uma linha de crédito no montante de USD 300 milhões. Essa posição proporciona à Companhia condições para mitigar, ainda que não totalmente conhecidos, os impactos desse cenário adverso. Considerando a incerteza já mencionada, somada à revisão de *ratings* de instituições brasileiras e estrangeiras por agências especializadas, a Companhia e suas controladas seguem monitorando seus índices de liquidez.

(iv) Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida (*covenants*)

De acordo com os contratos vigentes, os índices financeiros que são monitorados pela Companhia foram atingidos, uma vez que são apurados de acordo com as demonstrações financeiras anuais. Considerando que a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos decorrentes do COVID-19, que podem deteriorar seus resultados operacionais, não é possível assegurar que estes *covenants* serão atingidos no futuro. Desta forma, a Administração monitora assiduamente os *covenants* assumidos em seus contratos financeiros, possibilitando a antecipação de possíveis descumprimentos.

(v) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

(vi) Matriz de riscos para o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas monitoram a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa. Até a emissão dessas demonstrações

financeiras, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2020 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados no grupo de contas a receber de clientes.

(vii) Estimativa de perda dos estoques por decorrência de baixo giro e alteração do valor realizável

A Companhia e suas controladas monitoram o giro dos estoques, considerando que este representa a principal premissa para a constituição da estimativa de perda contabilizada pela Companhia e suas controladas. As premissas do valor realizável líquido dos estoques foram revisadas após os efeitos da pandemia causada pelo COVID-19 no curso normal dos negócios. Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não identificaram alterações materiais no valor realizável dos estoques, bem como não identificaram a necessidade de incremento da estimativa de perda dos estoques contabilizados, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, considerando as análises de giro dos estoques.

(viii) Considerações finais

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras anuais, a Companhia e suas controladas não identificaram outros impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretação de “IFRIC” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. Pelas normas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo conselho de Administração em 30 de março de 2021.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas separadamente das demonstrações financeiras individuais. A emissão da Controladora foi realizada em 12 de março de 2021.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Retenção de lucros”.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “BRL”).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são remensurados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período;
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O investimento e o ágio, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda funcional	Atividade principal
St. Marys Cement Inc. - "St. Mary's"	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. - "VCEAA"	Espanha	Euro	Cimento
Votorantim Cimentos International S.A. - "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A.	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Siderurgia
Acerías Paz del Río S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Siderurgia
Votorantim FinCO GmbH	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Trading
Janssen Capital B.V.	Holanda	Dólar norte-americano	Holding

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 “Ativo imobilizado”;
- (iii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iv) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (v) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”;
- (vi) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vii) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (viii) Reforma das Interbank offered rates (IBORs): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidênciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo:

- (i) Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Contratos futuros de energia (Nota 16);
- (iv) Imobilizado (Nota 18);
- (v) Intangível (Nota 19);
- (vi) Arrendamento (Nota 22);
- (vii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 24);
- (viii) Provisões (Nota 25);
- (ix) Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego (Nota 28).

5 Gestão de risco socioambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em moeda local, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias, seguem a Política Financeira da VSA, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

Risco de mercado

(a) Risco cambial

A Companhia e suas controladas possuem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2020	2019
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.992	5.125
Aplicações financeiras	10	1.209	96
Contas a receber de clientes	11	1.875	1.178
Instrumentos financeiros derivativos		382	234
Partes relacionadas		105	82
		11.563	6.715
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (*)	21	18.755	15.172
Instrumentos financeiros derivativos		1.173	155
Arrendamento		634	567
Fornecedores		2.917	2.227
Risco sacado a pagar	23	1.840	1.159
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		863	727
		26.182	20.007
Exposição líquida		(14.619)	(13.292)

(*) Não considera os custos de captação.

(ii) Hedge de investimentos em entidades no exterior

Política contábil

Hedge de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do período, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da Companhia e de suas controladas CBA, Votorantim Cimentos International S.A. e St. Marys Cement Inc., denominadas em euros e em dólares.

		2020	
Investimento (objeto)		Dívida atrelada (instrumento)	
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	822	Votorantim S.A. (i) CBA	747
St. Marys Cement Inc.	1.245	St. Marys Cement Inc.	1.245
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	2.598	Votorantim Cimentos International S.A.	2.598
	4.665		4.590
		2019	
Investimento (objeto)		Dívida atrelada (instrumento)	
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	1.616	Votorantim S.A. CBA	968 580
St. Marys Cement Inc.	2.015	St. Marys Cement Inc.	2.015
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	1.581	Votorantim Cimentos International S.A.	1.581
	5.212		5.144

(i) Liquidação antecipada da dívida, conforme nota 1.1(s).

A Companhia e suas controladas documentam e avaliam mensalmente a efetividade das operações de *hedge* de investimento prospectivamente, conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

A perda com variação cambial na conversão das dívidas, líquida de imposto de renda e contribuição social, reconhecida como “Ajustes de avaliação patrimonial” em 31 de dezembro de 2020, foi no montante de R\$ 289 (31 de dezembro de 2019, ganho líquido no montante de R\$ 92) (Nota 29 (c)).

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iv) Risco do preço de commodities

A Política Financeira das controladas da Companhia estabelecem diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam seus fluxos de caixa.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;

Hedge para “Período cotacional” - tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;

Hedge para “Custos de insumos” - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;

Hedge de “Margem operacional” - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição aos riscos de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da VSA.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos (i)	21	2.258	1.869	11.654	13.418	5.998	35.197
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	514	334	635	1.269	171	2.923
Arrendamento	22	253	208	169	173	55	858
Risco sacado a pagar	23	2.380					2.380
Fornecedores		5.404					5.404
Dividendos a pagar		51					51
Partes relacionadas	15		11				11
Uso do bem público - UBP	26	100	177	312	828	1.213	2.630
		10.960	2.599	12.770	15.688	7.437	49.454
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos	21	1.362	5.506	6.918	9.126	4.544	27.456
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	69	117	51	213	2	452
Arrendamento	22	229	288	177	119	28	841
Risco sacado a pagar	23	1.415					1.415
Fornecedores		4.429					4.429
Dividendos a pagar	0	120					120
Partes relacionadas	15		50				50
Uso do bem público - UBP		88	152	254	732	1.233	2.459
		7.712	6.113	7.400	10.190	5.807	37.222

(i) Não considera ajuste a valor justo das operações contratadas na Lei nº 4131/1962.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política Contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram as operações de metais e mineração e alumínio, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar norte-americano. Há também o *hedge* de período cotacional, no qual se busca equalizar os períodos entre compra de concentrado e venda do produto final das plantas não integradas, de modo a mitigar as exposições.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido em rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

(ii) **Hedge de valor justo**

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de metais e mineração e alumínio contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros derivativos – Put option

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi finalizada a operação em razão da qual a Votorantim Siderurgia S.A. passou a ser uma subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A. (“AMB”). Conforme o acordo entre as partes, a VSA passou a deter participação minoritária de 15% do negócio aços longos combinados da AMB que em atendimento às regras contábeis, foi reconhecido como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos financeiros”. A variação do valor justo desta operação no período, resultou na perda líquida no montante de R\$ 403 (31 de dezembro de 2019, perda de R\$ 89), registrado na rubrica de “Resultado financeiro líquido”.

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de dívidas com vencimentos e termos similares.

Contratos futuros de energia - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no níveis 1 e 2 de hierarquia, vide classificação abaixo.

				Valor justo medido com base em		2020
				Preços cotados em	Técnica de valoração	
				mercado ativo (Nível 1)	suportada por preços	
					observáveis (Nível 2)	Valor justo
	Nota					
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	9		4.418	5.365		9.783
Aplicações financeiras	10		1.279	4.419		5.698
Instrumentos financeiros derivativos (i)	6.1.1 (a)			2.166		2.166
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)			252		252
Instrumento financeiro - ações	13			2.590		2.590
			5.697	14.792		20.489
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (i)	21		16.633	13.377		30.010
Instrumentos financeiros derivativos (i)	6.1.1 (a)			2.923		2.923
Arrendamento	22			858		858
Risco sacado a pagar	23			2.380		2.380
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata				863		863
			16.633	20.401		37.034
				Valor justo medido com base em		2019
				Preços cotados em	Técnica de valoração	
				mercado ativo (Nível 1)	suportada por preços	
					observáveis (Nível 2)	Valor justo
	Nota					
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	9		3.833	2.429		6.262
Aplicações financeiras	10		1.392	3.075		4.467
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)			399		399
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)			655		655
Contratos futuros de energia				29		29
Instrumento financeiro - ações	13			2.749		2.749
			5.225	9.336		14.561
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	21		13.014	8.068		21.082
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)			452		452
Arrendamento	22			841		841
Risco sacado a pagar				1.415		1.415
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata				727		727
			13.014	11.503		24.517

(i) O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia e suas controladas, o valor da alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Caso a classificação do risco de crédito em outros resultados abrangentes criar ou aumentar o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece nos outros resultados abrangentes até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para lucros acumulados, sem afetar o resultado do exercício.

6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, euro, lira turca, novo sol, peso argentino e boliviano, das taxas de juros CDI, IPCA, TJLP, LIBOR, Cupom de dólar, dos preços de *commodities* e dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos/ Unidade	Choque nas curvas de 2020	Impactos no resultado					Impactos no resultado abrangente					
					Cenário I		Cenários II & III			Cenário I		Cenários II & III			
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Câmbio															
USD	7.939	16.604	2.829	USD milhões	0,5%	(117)	(99)	(198)	99	198	(472)	3.262	6.525	(3.261)	(6.525)
EUR	318	960			-5,4%	(1)	(6)	(12)	6	12	16	166	332	(166)	(332)
MAD	178				-5,6%	(10)	(44)	(89)	44	89					
BOB	37	602			-7,1%	4	151	301	(151)	(301)	(3)	(9)	(18)	9	18
TRY	21	51			-4,4%		7	15	(7)	(15)					
CAD	31	92			-5,2%	(1)	(6)	(12)	6	12	1	21	43	(21)	(43)
UYU	23	147			-5,3%						4	31	62	(31)	(62)
TND	173				-5,6%	(10)	(43)	(87)	43	87					
ARS	94				-6,3%						(6)	(23)	(47)	23	47
NAD	10				6,7%						1	(3)	(5)	3	5
PEN	252	14			-3,4%	(9)	(56)	(112)	56	112		(3)	(7)	3	7
COP	125	382			-2,1%	313	96	191	(96)	(191)	(3)	(32)	(64)	32	64
	9.201	18.852	2.829			169		(3)		3	(462)	3.410	6.821	(3.409)	(6.821)
Taxas de juros															
BRL - CDI	6.213	4.231	10.217	BRL milhões	1 bps	5	5	12	(3)	(3)	28	53	114	(46)	(85)
BRL - IPCA		1.437			-81 bps	(12)	208	416	(208)	(416)					
BRL - TJLP		120			-36 bps	165	180	361	(180)	(361)					
USD - LIBOR		2.418	1.326	USD milhões	7 bps	7	18	36	(18)	(36)			1		(1)
Cupom Dólar			763	USD milhões	-6 bps	2	14	28	(14)	(27)	4	(54)	(110)	50	98
	6.213	8.206	12.306			167	425	853	(423)	(843)	32	(1)	5	4	12
Preço de commodities															
Zinco			220.089	ton	-13,7%	43	78	156	(78)	(156)	(14)	(26)	(53)	26	53
Alumínio			203.130	ton	-13,3%						222	482	964	(482)	(964)
			423.219			43	78	156	(78)	(156)	208	456	911	(456)	(911)
Contratos futuros de energia															
Contratos de compra e venda - valor justo			227				3	7	(3)	(7)					
			227				3	7	(3)	(7)					

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou todas as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

7 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2020	2019
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes		2.352	1.918
Partes relacionadas	15	196	229
		2.548	2.147
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9	9.783	6.262
Aplicações financeiras	10	5.698	4.467
Contas a receber de clientes		857	278
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	1.154	265
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)	252	655
Contratos futuros de energia		58	29
		17.802	11.956
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros - ações	13	2.590	2.749
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	1.012	134
		3.602	2.883
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	23.676	18.848
Fornecedores		5.404	4.429
Arrendamento	22	858	841
Partes relacionadas	15	11	50
Risco sacado a pagar	23	2.380	1.415
Uso do bem público - UBP	26	1.497	1.238
		33.826	26.821
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	21 (a)	1.389	907
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	511	69
Contratos futuros de energia		285	203
		2.185	976
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	2.412	383
		2.412	383

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

	2020			2019		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.575		1.575	1.563		1.563
AA+	309		309			
AA	158		158	1	446	447
AA-	46	136	182	416	295	711
A+		2.092	2.092		884	884
A		2.216	2.216		994	994
A-		1.790	1.790		259	259
BBB+		687	687		384	384
BBB		300	300		130	130
BBB-		292	292		102	102
BB		13	13		29	29
BB-		10	10		9	9
B+					9	9
B		60	60			
B-		1	1		76	76
CCC+		2	2			
CCC		30	30		16	16
Sem rating (i)		66	66		649	649
	2.088	7.695	9.783	1.980	4.282	6.262
Aplicações financeiras						
AAA	3.639		3.639	3.840		3.840
AA+	26		26	45		45
AA	317		317	74	2	76
AA-	487		487	373	12	385
A+	20	29	49	20	13	33
A		131	131			
BBB-					29	29
CCC+		4	4			
CCC					36	36
Sem rating (ii)		1.045	1.045	19	4	23
	4.489	1.209	5.698	4.371	96	4.467
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	1.688		1.688	377		377
AA					4	4
AA-	323		323	7		7
A+		10	10		2	2
A-		145	145		9	9
	2.011	155	2.166	384	15	399
Instrumentos financeiros - ações						
AAA	2.590		2.590	2.749		2.749
	2.590		2.590	2.749		2.749
	11.178	9.059	20.237	9.484	4.393	13.877

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras.

- (i) Referem-se a valores aplicados em bancos no exterior que não possuem classificação nas agências de rating.
- (ii) Referem-se a valores aplicados em ativos líquidos negociados no exterior que não possuem classificação nas agências de rating.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da companhia e suas investidas.

	2020	2019
Moeda nacional		
Caixa e bancos	27	9
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	798	326
Operações compromissadas - títulos privados	11	241
Operações compromissadas - títulos públicos	955	561
	1.791	1.137
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	3.409	3.263
<i>Time deposits</i>	4.583	1.862
	7.992	5.125
	9.783	6.262

10 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*). Há também aplicações que possuem liquidez imediata considerando a destinação prevista dos recursos por Política de Investimentos. Tais aplicações compreendem títulos soberanos e ETFs (*Exchange Traded Funds*) com baixa concentração de risco em ativos específicos, seguindo restrições definidas na Política de Investimentos para resguardar liquidez e mitigar risco de perda de capital.

(a) Composição

	2020	2019
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.583	2.308
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.169	1.218
Letras financeiras - Títulos privados	290	3
Operações compromissadas - Títulos públicos	110	173
Quotas de fundos de investimento	337	669
Aplicações denominadas em moeda estrangeira (i)	1.209	96
	5.698	4.467
Circulante	5.678	4.444
Não circulante	20	23
	5.698	4.467

(i) Saldo refere-se substancialmente aplicações em títulos soberanos e ETFs com baixa concentração de risco em ativos específicos.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	2020	2019
Clientes nacionais	1.475	1.144
Clientes estrangeiros	1.892	1.230
Partes relacionadas	64	13
	3.431	2.387
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(222)	(191)
	(222)	(191)
	3.209	2.196

(b) Composição por moeda

	2020	2019
Real	1.334	1.018
Dólar norte-americano	1.213	764
Peso colombiano	181	60
Euro	131	125
Lira turca	71	16
Dirham marroquino	62	67
Peso uruguaio	61	35
Peso argentino	55	60
Outras	101	51
	3.209	2.196

(c) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(191)	(174)
Adições líquidas das reversões	(44)	(56)
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis (i)	21	39
Efeito de controladas incluídas na consolidação	(2)	
Variação cambial	(6)	
Saldo no final do exercício	(222)	(191)

(i) Os valores debitados na conta de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(d) Vencimento

	2020	2019
A vencer	2.945	1.864
Vencidos até 3 meses	166	282
Vencidos entre 3 e 6 meses	14	4
Vencidos há mais de 6 meses	306	237
	3.431	2.387

12 Estoques

Política contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). As matérias-primas provenientes de ativos biológicos (Ex: Árvores de uma plantação, plantas, árvores frutíferas, gado, e etc.), são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques.

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”.

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

(a) Composição

	2020	2019
Produtos acabados	949	862
Produtos semi acabados	1.705	1.587
Matérias-primas	858	826
Materiais auxiliares e de consumo	1.249	995
Importações em andamento	319	79
Outros	114	173
Perda estimada	(470)	(393)
	4.724	4.129

(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

						2020	2019
	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício	(25)	(64)	(7)	(211)	(86)	(393)	(482)
Adição	(31)	(31)	(19)	(98)	(50)	(229)	(200)
Reversão	43	41	9	93	33	219	308
Variação cambial	(4)	(3)		(30)	(30)	(67)	(19)
Saldo no final do exercício	(17)	(57)	(17)	(246)	(133)	(470)	(393)

13 Instrumentos financeiros – Ações

Política contábil

Utiliza a cotação média do valor da ação dos últimos noventa dias da data de fechamento.

O valor de instrumentos financeiros refere-se, substancialmente, à parcela de ações da Companhia detidas da Suzano S.A.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	2.749	
Fechamento da operação		2.932
Alteração no valor justo	1.078	(183)
Venda de ações	<u>(1.238)</u>	
Saldo no final do exercício	<u>2.590</u>	<u>2.749</u>

14 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2020	2019
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	1.725	1.826
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.561	1.963
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	719	695
Programa de Integração Social - PIS	368	400
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) - IVA	252	249
ICMS sobre ativo imobilizado	68	76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59	47
Crédito tributário	44	65
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	32	31
Crédito Previdenciário	20	20
Imposto Sobre Serviços - ISS	11	8
Outros	140	65
	4.999	5.445
Circulante	2.033	1.968
Não circulante	2.966	3.477
	4.999	5.445

15 Partes relacionadas

Política contábil

Partes Relacionadas são pessoas físicas ou jurídicas que estejam relacionadas com a Companhia que reporta as demonstrações contábeis.

Ativo	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.	3	2		9		
Banco Votorantim S.A.			36			
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)					126	159
Citrosuco GmbH (i)					67	52
Supermix Concreto S.A.	22	5				
VTRM Energia Participações S.A	3		140	65		
Superior Building Materials LL	24					
Outros	12	5		7	3	18
	64	13	176	81	196	229
Circulante	64	13	176	81		
Não circulante					196	229
	64	13	176	81	196	229

- (i) Refere-se às contas a receber relacionadas a ativos excedentes à situação patrimonial básica aportados na operação Citrosuco. O prazo de realização é vinculado à realização de cada item, mediante regras contratuais estabelecidas no acordo de acionistas e memorando de fechamento assinados entre a Fischer S.A. – Comércio, Indústria e Agricultura e a Votorantim S.A.

Passivo	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Superior Materials Holdings, LLC	11	7				
Cementos Avellaneda S.A.	1					36
Outras	6	5			11	50
	18	12			11	50
Total acionistas não controladores			51	120		
Circulante	18	12	51	120		
Não circulante					11	50
	18	12	51	120	11	50

Resultado	Vendas (compras), líquidas		Receita (despesa) financeira, líquidas	
	2020	2019	2020	2019
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto				
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	22	23		
Cementos Granadilla S.L.	20	15		
Citrosuco S.A. Agroindústria	20	44		
Midway Group, LLC	32	32		
Supermix Concreto S.A.	235	201		
Superior Materials Holdings, LLC	112	75		
Outros	21	31	(4)	(4)
	462	421	(4)	(4)

16 Contratos futuros de energia

A controlada Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) centraliza as transações de compra e venda de energia para atender as demandas das empresas da VSA. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber a energia para uso próprio ou entregar a energia de autoprodução, de acordo com as demandas produtivas das controladas da Companhia e, por isso, não atende a definição de instrumento financeiro.

Outra parte dessas transações se refere às compras e vendas de energia, não utilizada no processo produtivo das empresas da Votorantim, sendo transacionada em mercado ativo, por isso, atende a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de serem liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial de suas controladas pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

As operações realizadas pela controlada indireta Votener até 2023 no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. No exercício de 2020, a realização do valor justo dessas operações, decorrente de liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, resultou em um ganho de R\$ 83 (R\$ 81 de perda em 2019). Esses valores foram contabilizados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”. Os contratos do Leilão A-0/2014 foram liquidados na sua totalidade em dezembro de 2019.

Os valores citados acima, possuem a seguinte composição:

	ACL			Total		
	Votorantim Cimentos	CBA	Votorantim Energia	Total	2020	2019
Realização	(12)	34	83	105	105	(264)
Reconhecimento		(159)		(159)	(159)	74
Reversão						(6)
	<u>(12)</u>	<u>(125)</u>	<u>83</u>	<u>(54)</u>	<u>(54)</u>	<u>(196)</u>

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos patrimoniais:

	ACL			Total	
	CBA	Votorantim Energia	Votorantim Cimentos	2020	2019
Ativo					
Circulante		49		49	
Não circulante		9		9	29
		<u>58</u>		<u>58</u>	<u>29</u>
Passivo					
Circulante	(65)		(10)	(75)	(81)
Não circulante	(153)		(57)	(210)	(122)
	<u>(218)</u>		<u>(67)</u>	<u>(285)</u>	<u>(203)</u>

17 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

(i) Impairment de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

	Informações em 31/12/2020		Resultado da equivalência		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2020	2019	2020	2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas						
Cementos Avellaneda S.A.	1.261	153	28	132	717	578
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3.528	(45)	1		107	107
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	12	6	(2)	2	3	5
Mineração Rio do Norte S.A.	916	(17)	2	14	92	98
Supermix Concreto S.A.	250	18	(5)	1	63	58
Jaguaririca Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	213	12	(6)	2	112	111
Cementos Especiales de las Islas S.A.			(20)	15		77
Outros					205	81
Controladas em conjunto (Joint ventures)						
Citrosuco GmbH	5.208	590	(249)	(88)	3.628	2.643
Banco Votorantim S.A.	10.752	1.473	(719)	797	5.871	5.383
Citrosuco S.A. Agroindústria	(1.248)	(1.145)	602	(267)	(357)	387
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	19	(8)	4	(1)	8	12
VTRM Energia Participações S.A.	3.879	625	(308)	271	2.076	2.058
Hutton Transport Ltda.	40	12	(6)	3	25	19
Midway Group, LLC.	51	19	(10)	9	38	26
RMC Leasing LLC	30				23	15
Superior Materials Holdings, LLC	124	56	(39)	29	87	62
			(727)	919	12.698	11.720

Abaixo, são apresentando os saldos de Ágio e Mais valia, os quais estão incluídos ao saldo dos investimentos:

	Ágio		Mais valia	
	2020	2019	2020	2019
Citrosuco GmbH	145	145	879	718
Citrosuco S.A. Agroindústria	194	194	73	103
Cementos Avellaneda S.A.	193	117		
Jaguaririca Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	5	5		
VTRM Energia Participações S.A.			136	141

Principais empresas consolidadas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2020	2019		
Subsidiárias e controladas				
Acerbrag S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Votorantim FinCO GmbH	100,00	100,00	Áustria	Trading
Janssen Capital B.V.	100,00		Holanda	Holding
Companhia Brasileira de Alumínio	100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Energia Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Nexa Recursos Minerais S.A.	64,67	66,40	Brasil	Zinco
Votorantim Cement North America Inc.	100,00	100,00	EUA	Holding
Acerías Paz del Río S.A.	91,20	91,20	Colômbia	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	100,00	100,00	Espanha	Holding
St. Marys Cement Inc.	100,00	100,00	EUA	Cimentos
St. Helen Holding II B.V.	100,00	100,00	Ilhas Cayman	Holding
Hailstone Ltd.	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas	Holding
Nexa Resources S.A.	64,67	64,25	Luxemburgo	Holding
Votorantim Cimentos Internacional S.A.	100,00	100,00	Luxemburgo	Holding
Votorantim RE	100,00	100,00	Luxemburgo	Seguros
Compañía Minera Atacocha S.A.A.	58,85	58,85	Peru	Mineração
Nexa Resources Perú S.A.A	51,77	51,77	Peru	Mineração
Nexa Resources Cajarmarquilla S.A.	64,61	64,61	Peru	Zinco
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Operações conjuntas (Joint operations)				
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.	44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Great Lakes Slag Inc.	50,00	50,00	Canadá	Cimentos
Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.		50,00	Ilhas Cayman	Trading
Fundos de aplicação financeira exclusivos				
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado – Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado	94,19	93,49	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VC	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VM	100,00	100,00	Brasil	Finanças

Principais empresas não consolidadas	Entidade investidora	Percentual do capital total		Localização da sede	Atividade principal
		2020	2019		
Coligadas					
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	Companhia Brasileira de Alumínio	3,03	3,03	Brasil	Mineração
Mineração Rio do Norte S.A.	Companhia Brasileira de Alumínio	10,00	10,00	Brasil	Mineração
Cementos Avellaneda S.A.	Votorantim Cimentos S.A.	49,00	49,00	Argentina	Cimentos
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Votorantim Cimentos S.A.	25,00	25,00	Brasil	Mineração
Supermix Concreto S.A.	Votorantim Cimentos S.A.	25,00	25,00	Brasil	Concreto
Cementos Especiales de las Islas S.A.	Votorantim Cimentos S.A.	50,00	50,00	Espanha	Cimentos
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)					
Banco Votorantim S.A.	Votorantim S.A.	50,00	50,00	Brasil	Finanças
Citrosuco GmbH	Votorantim S.A.	50,00	50,00	Áustria	Agroindústria
Citrosuco S.A. Agroindústria	Votorantim S.A.	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	Votorantim Cimentos S.A.	45,00	45,00	Brasil	Serviços
Hutton Transport Ltda.	Votorantim Cimentos S.A.	25,00	25,00	Canadá	Transporte
Midway Group, LLC.	Votorantim Cimentos S.A.	50,00	50,00	EUA	Cimentos
RMC Leasing, LLC.	Votorantim Cimentos S.A.	50,00	50,00	EUA	Aluguel de equipamentos
Superior Materials Holdings, LLC.	Votorantim Cimentos S.A.	50,00	50,00	EUA	Cimentos
VTRM Energia Participações S.A.	Votorantim Geração de Energia S.A.	50,00	50,00	Brasil	Energia Elétrica

(b) Informações sobre outras empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2020:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total de votante
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas										
Cementos Avellaneda S.A.	450	1.466	422	233	1.261	1.747	462	(149)	153	49%
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	9.604		3.131	2.945	3.528	7.996	1.252	(1.326)	(45)	3%
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6	7	1		12	7	7		6	25%
Mineração Rio do Norte S.A.	479	3.355	991	1.927	916	1.633	339	(347)	(17)	10%
Supermix Concreto S.A.	280	312	206	136	250	1.279	29	(4)	18	25%
Jaguaritica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	209	6		2	213	17	14		12	50%
Controladas em conjunto (Joint ventures)										
Citrosuco GmbH (i)	5.183	1.005	573	407	5.208	4.465	490	129	590	50%
Banco Votorantim S.A. (ii)	45.124	68.729	72.412	30.689	10.752	5.299	6.678		1.473	50%
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	3.259	4.924	3.598	5.833	(1.248)	3.467	(595)	(462)	(1.145)	50%
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	57	20	58		19	65	(8)	1	(8)	45%
VTRM Energia Participações S.A. (i)	353	4.226	327	373	3.879		(23)	(2)	625	50%
Hutton Transport Ltda.	35	32	11	16	40	78	14	(1)	12	25%
Midway Group, LLC.	39	27	15		51	142	19		19	50%
RMC Leasing LLC	4	26			30					50%
Superior Materials Holdings, LLC	97	65	38		124	423	56		56	50%

- (i) Esses investimentos consideram os ágios pagos na aquisição dos investimentos e o saldo de mais valia, conforme detalhado, que é amortizado no resultado da controladora;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, o investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 495).

(c) Movimentação

	2020	2019
Saldo no início do exercício	11.720	11.310
Equivalência patrimonial	727	919
Variação cambial de investimentos no exterior	734	(56)
Aumento de capital	10	156
Baixas		(68)
Dividendos	(264)	(613)
Valor justo de ativo disponível para venda	(31)	44
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(115)	28
Outros	(83)	
Saldo no final do exercício	12.698	11.720

18 Imobilizado

Política contábil

(i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(ii) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

										2020	2019
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	2.100	11.246	36.839	1.381	236	3.580	1.058	564	548	57.552	54.540
Depreciação acumulada	(67)	(5.014)	(22.888)	(1.041)	(178)		(533)	(335)	(348)	(30.404)	(28.327)
Saldo líquido	2.033	6.232	13.951	340	58	3.580	525	229	200	27.148	26.213
Adições	14	34	68	6	1	3.391			2	3.516	3.189
Baixas	(25)	(37)	(55)	(1)	(1)	(5)			(12)	(136)	(115)
Depreciação	(6)	(451)	(1.814)	(99)	(15)		(45)	(33)	(4)	(2.467)	(2.197)
Variação cambial	264	519	1.407	69	10	296	59	61	(21)	2.664	323
Ativos de empresa adquirida incluídos (excluídas) na consolidação (i)	(6)	33	469	7	2	13			(4)	514	42
Constituição (reversão) de <i>impairment</i> (ii)	(23)	(305)	(217)	(1)	(5)	(247)	(84)		3	(879)	(309)
Reavaliação do fluxo de caixa							96			96	291
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(20)		(5)						(9)	(34)	
Baixa por operação societária									(7)	(7)	
Ajustes de operações em países com economia hiperinflacionária									75	75	85
Transferências (iii)	93	486	1.472	146	5	(2.564)	(49)	24	2	(385)	(374)
Saldo no final do exercício	2.324	6.511	15.276	467	55	4.464	502	281	225	30.105	27.148
Custo	2.396	12.753	43.573	1.739	282	4.464	1.247	742	574	67.770	57.552
Depreciação acumulada	(72)	(6.242)	(28.297)	(1.272)	(227)		(745)	(461)	(349)	(37.665)	(30.404)
Total	2.324	6.511	15.276	467	55	4.464	502	281	225	30.105	27.148
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	4	9	20	11		5	9			

(i) Refere-se, substancialmente, a aquisição da empresa Arconic Indústria e Comércio de Metais Ltda – Nota 1.1 (a).

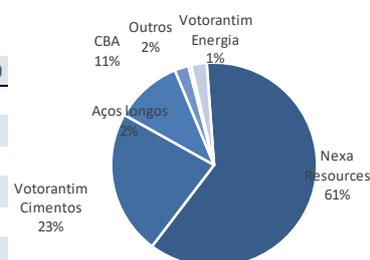
(ii) Os impactos relacionados ao *impairment* referem-se substancialmente às controladas Nexa e VCSA - Nota 1.1 (k).

(iii) As transferências incluem a reclassificação de “Obras em andamento” no grupo do imobilizado para “Softwares”, “Direitos sobre recursos naturais” e “Outros” no grupo do intangível.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2020	2019
Nexa Resources	2.741	2.123
Votorantim Cimentos	1.021	849
CBA	475	448
Aços longos	97	60
Votorantim Energia	22	23
Outros	108	77
	4.464	3.580



Apresentamos a seguir os principais projetos em andamento por negócio:

Nexa Resources	2020	2019
Projetos de expansão e modernização	2.006	1.403
<i>Sustaining</i>	605	460
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	112	213
Tecnologia da informação	16	45
Outros	2	2
	2.741	2.123

Votorantim Cimentos	2020	2019
<i>Sustaining</i>	357	283
Moagem de cimento em Pécem - Brasil	182	76
Modernização industrial	135	117
Nova unidade em Sobral - CE	72	72
<i>Hardwares e softwares</i>	63	33
Geologia e direitos minerários	41	28
Novas linhas de coprocessamento	35	51
Meio ambiente e segurança	31	24
Outros	105	165
	1.021	849

CBA	2020	2019
Projeto Bauxita Rondon	121	118
Reforma de fornos	115	111
Projetos fábrica Alumina	66	44
Projetos de fundição	33	27
Projetos de transformação plástica	28	21
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	24	19
Projetos de mineração	13	22
Projetos salas fornos	13	18
Revitalização e adequação da usina	1	24
Outros	61	44
	475	448

Aços longos	2020	2019
<i>Sustaining</i>	86	53
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente - Colômbia	8	3
Outros	3	4
	97	60

Votorantim Energia	2020	2019
Projeto Corumbá - GO	21	20
Tecnologia da informação	1	3
	22	23

19 Intangível

Política contábil

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos a exploração de recursos eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas. Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são amortizados durante sua vida útil.

(iv) Uso do bem público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada.

(a) Composição e movimentação

	2020								2019	
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Obrigação para desmobilização de ativos	Uso do bem público - UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Direitos sobre marcas e patentes	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	10.253	6.008	457	540	316	602	81	1.134	19.391	18.421
Amortização e exaustão acumulada	(4.587)		(157)	(217)	(227)	(429)	(53)	(438)	(6.108)	(4.929)
Saldo líquido	5.666	6.008	300	323	89	173	28	696	13.283	13.492
Adições	1		8			1		12	22	59
Baixas	(6)					(18)		(1)	(25)	(9)
Amortização e exaustão	(413)		(15)	(19)	(26)	(70)	(1)	(6)	(550)	(633)
Variação cambial	1.314	1.777	48		20	16	1	193	3.369	302
Efeito de controladas incluídas na consolidação						5	1		6	12
Constituição de <i>impairment</i> (i)	(635)	(1.206)	(1)			(3)		(53)	(1.898)	(405)
Reavaliação do fluxo de caixa			(13)						(13)	91
Transferências (ii)	129				2	103		166	400	374
Saldo no final do exercício	6.056	6.579	327	304	85	207	29	1.007	14.594	13.283
Custo	13.078	6.579	535	540	403	770	86	1.639	23.630	19.389
Amortização e exaustão acumulada	(7.022)		(208)	(236)	(318)	(563)	(57)	(632)	(9.036)	(6.106)
Saldo no final do exercício	6.056	6.579	327	304	85	207	29	1.007	14.594	13.283
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	6		5	7	7	20				

(i) Refere-se, substancialmente, ao *impairment* na controlada Nexa descrito no item 1.1 (k).

(ii) As transferências incluem a reclassificação de "Obras em andamento" no grupo do imobilizado para "Softwares", "Direitos sobre recursos naturais" e "Outros" no grupo do intangível.

(b) Ágio decorrente de aquisições

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

	2020	2019
Votorantim Cimentos		
América do Norte	2.163	1.499
Europa, Ásia e África	1.831	1.302
América Latina	13	11
Brasil		
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda.	64	64
Engemix S.A.	76	76
CJ Mineração Ltda.		16
	4.147	2.968
Nexa Resources		
América Latina		
Nexa Resources Perú S.A.A.	(i) 1.616	2.330
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	481	373
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	26	26
Pollarix S.A.	1	1
	2.124	2.730
Aços longos		
América Latina		
Acergroup S.A.	149	149
Acerholding S.A.	5	6
Acerbrag S.A.	1	1
	155	156
CBA		
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	31	32
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	7	7
	131	132
Holdings e outras		
América Latina		
Votorantim Andina S.A.	16	16
Fazenda Bodoquena Ltda.	1	1
Jaguaritica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	5	5
	22	22
	6.579	6.008

(i) Variação refere-se ao *impairment*, conforme nota 1.1 (k).

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são calculadas antes dos impostos e refletem riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

	Taxa de desconto	
	2020	2019
Votorantim Cimentos	6,50% a 15,80%	5,86% a 14,93%
CBA	9,19%	5,57% a 10,15%
Nexa Resources (i)	0,07% a 6,75%	3,50% a 5,30%
Aços longos	9,66% a 20,03%	8,63% a 16,85%
Holding e outros	9,34% a 11,14%	6,31% a 8,94%

(i) Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base a premissa de que as taxas de crescimento levam em conta informações independentes sobre as projeções como, por exemplo, cotações da LME (para zinco e cobre, principalmente).

20 Direito de uso sobre contratos de arrendamento

(a) Composição e movimentação

						2020	2019
	Terras e terrenos	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	88	206	266	29	461	1.050	
Amortização acumulada	(12)	(46)	(61)	(17)	(101)	(237)	
Saldo líquido	76	160	205	12	360	813	
Adoção inicial							666
Remensuração de principal	(1)	1	1	1	(3)	(1)	
Novos contratos	14	14	45	5	40	118	355
Amortização	(15)	(51)	(81)	(13)	(116)	(276)	(237)
Baixas	(2)	(1)				(3)	(25)
Renegociação de contratos		(7)	(1)			(8)	
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	1	(2)		(1)	3	1	
Variação cambial	20	18	24	2	90	154	54
Transferências		(1)				(1)	
Saldo no final do exercício	93	131	193	6	374	797	813
Custo	123	234	340	39	613	1.349	1.050
Amortização acumulada	(30)	(103)	(147)	(33)	(239)	(552)	(237)
Saldo no final do exercício	93	131	193	6	374	797	813
Taxas médias anuais de amortização - %	12	18	35	62	33		

21 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional									
Debêntures	110,53% CDI / IPCA + 3,80%	53	424	2.511	2.287	2.564	2.711	3.214	2.678
Notas de crédito exportação (i)	113,42% CDI	267	8	1.825	1.078	2.092	1.086	2.827	1.081
BNDES	TJLP + 2,76% / 1,86% Pré BRL / SELIC + 3,10% / IPCA + 5,29%	66	97	1.037	641	1.103	738	1.829	720
Agência de fomento	TLP 1,54%	1	7	34	23	35	30	47	32
FINAME	3,61% Pré BRL	10	17	14	43	24	60	25	59
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	8,49% Pré BRL	38		553		591		591	
Outros		18	29	13	29	31	58	34	59
Total Nacional		453	582	5.987	4.101	6.440	4.683	8.567	4.629
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	4,56% Pré USD	231	137	13.315	10.156	13.546	10.293	16.225	11.550
Eurobonds - EUR			26		1.576		1.602		1.682
Empréstimos - Lei 4131/1962 (ii)	LIBOR + 0,84%	2	2	1.387	905	1.389	907	1.389	907
Eurobonds - BOB	5,38% Pré BOB	1	1	407	315	408	316	408	316
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	5,54% Pré BOB / CDOR + 0,99% / 15,16% Pré TRY / 9,83 Pré UYU	90	22	1.320	358	1.410	380	1.535	394
Créditos de exportação (pré pagamento)	LIBOR + 1,27%	209		312	799	521	799	530	823
Capital de giro	IBR + 2,74% / 5,87% Pré COP / 0,98% Pré PEN / 6,98% DTFCOP	368	146	29		397	146	368	146
Agência de fomento	LIBOR + 1,10%	40	31	181	171	221	202	229	210
Nota de crédito exportação		4	3	697	389	701	392	725	107
Outros		9	4	23	31	32	35	34	318
Total Estrangeiro		954	372	17.671	14.700	18.625	15.072	21.443	16.453
Total		1.407	954	23.658	18.801	25.065	19.755	30.010	21.082
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo		488	562						
Juros sobre empréstimos e financiamentos		358	236						
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo		561	156						
		1.407	954						

- (i) Alguns contratos de empréstimo na modalidade de Nota de Crédito à Exportação, que visam o financiamento de operações relacionadas à exportação, e possuem contratos de *swap* atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, com a troca de moeda em real para dólar.
- (ii) Os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca da moeda em dólar para real. Estes *swaps* foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em dólar + *swap* para real em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % do CDI em reais. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” no resultado e, para eliminar este efeito, as contratações feitas a partir de agosto de 2015 foram designadas na modalidade “*fair value*”, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado conforme nota 20.

Legenda:

BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRL	– Moeda nacional (real)
BOB	– Peso boliviano
CAD	– Dólar canadense
CDI	– Certificado de Depósito Interbancário
CDOR	– Canadian Dollar Offered Rate
COP	– Peso colombiano
EUR	– Moeda da união Europeia (euro)
FINAME	– Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
IBR	– Inter-Bank Rate (Colombia)
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LIBOR	– London Interbank Offered Rate
PEN	– Novo sol peruano
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.
TRY	– Lira turca
USD	– Dólar norte-americano
UYU	– Peso uruguaio

(b) Movimentação

	2020	2019
Saldo no início do exercício	19.755	24.451
Captações	11.772	4.323
Provisão de juros	1.314	1.007
Adições dos custos de captação, líquidas das amortizações	10	17
Ajuste a valor justo	26	22
Variação cambial	4.345	507
Juros pagos	(1.263)	(1.217)
Liquidações	(10.846)	(9.356)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda	(55)	
Ganho na renegociação de dívidas	6	
Outros	1	1
Saldo no final do exercício	25.065	19.755

(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações efetuadas no exercício foram as seguintes:

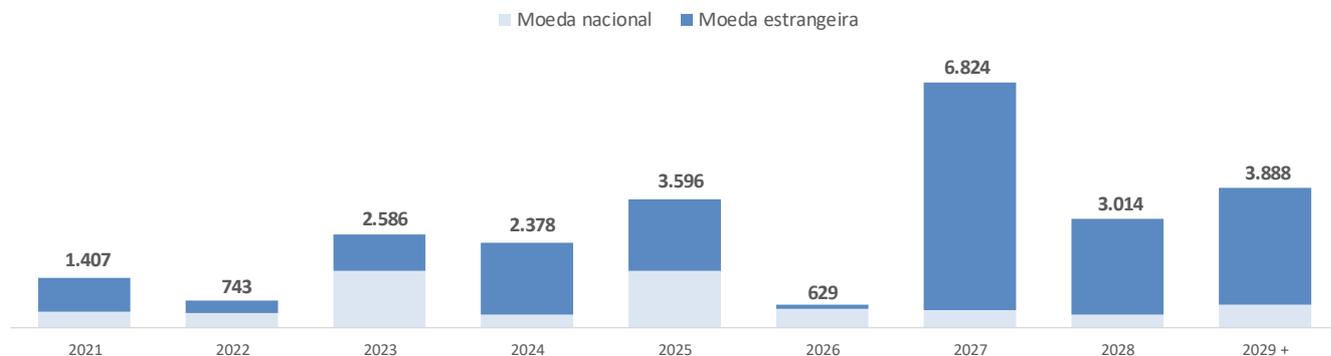
Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
Fev-20	Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação (i)	BRL	250	250	2029	4,25% Pré
Mar-20	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de Crédito Exportação	BRL	252	252	2025	134,2% CDI
Mar-20	Nexa Resources Peru S.A.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral (ii)	BRL	477	477	2025	2,45% Pré
Mar-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	20	102	2024	LIBOR 01M + 1%
Mar-20	Votorantim Cimentos S.A.	Empréstimos Resolução 4131 - MTM (iii)	USD	50	249	2025	110,8% CDI
Mar-20	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de Crédito Exportação	BRL	245	245	2022	CDI + 1,80%
Mar-20	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	60	304	2024	LIBOR 03M + 1%
Mar-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	CAD	28	100	2024	CDOR 01M + 1%
Mar-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	30	152	2024	LIBOR 01M + 1%
Mar-20	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	46	237	2024	LIBOR 03M + 1%
Abr-20	Nexa Resources	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	300	1.555	2024	LIBOR 03M + 1%
Mai-20	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	200	1.180	2023	LIBOR 03M + 1%
Jun-20	Nexa Resources	Eurobonds	USD	500	2.673	2028	6,50% Pré
Ago-20	Companhia Brasileira de Alumínio	Nota de Crédito Exportação	USD	46	250	2024	3,60% Pré
Out-20	Mineração Dardanelos	BNDES	BRL	225	225	2040	IPCA + 5,52%
Nov-20	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	EUR	50	328	2025	EURIBOR 03M + 2,40%
Nov-20	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	EUR	100	635	2025	EURIBOR 06M + 2,30%
Dez-20	Cementos Artigas S.A.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	UYU	1.074	133	2025	9,50% Pré
Dez-20	Mineração Dardanelos	BNDES	BRL	250	250	2040	IPCA + 5,52%

- (i) As modalidades de Nota Crédito de Exportação e BNDES possuem taxa pré-fixada em dólares americanos conforme descrito no item (a).
- (ii) Os contratos de Empréstimos Sindicalizados / Bilateral visam o financiamento de operações relacionadas à exportação e possuem contratos de swap atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, resultando em custo médio ponderado de 2,45% ao ano.
- (iii) A modalidade de 4131 possui taxa flutuante em CDI, conforme descrito no item (a).

As principais amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Observação
Fev-20	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	113	113	2025	Pré-pagamento
Fev-20	Nexa Resources Peru S.A.A.	Eurobonds	USD	215	952	2023	Pré-pagamento
Mar-20	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	23	115	2024	Pré-pagamento
Jun-20	Nexa Resources	Pré-Pagamento de Exportação	USD	100	535	2023	Pré-pagamento
Jun-20	Nexa Resources	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	300	1.567	2024	Pré-pagamento
Ago-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	10	57	2024	Pré-pagamento
Set-20	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	200	1.060	2023	Pré-pagamento
Set-20	Votorantim Cimentos Internacional	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	26	706	2024	Pré-pagamento
Out-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	70	394	2024	Pré-pagamento
Nov-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	USD	25	134	2024	Pré-pagamento
Dez-20	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	CAD	61	245	2024	Pré-pagamento
Dez-20	Votorantim Cimentos Internacional	Eurobonds	EUR	195	1.210	2022	Pré-pagamento

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Dólar norte-americano	488	174	15.892	12.597	16.380	12.771
Real	453	582	5.987	4.101	6.440	4.683
Euro	3	25	954	1.576	957	1.601
Boliviano	26	2	577	459	603	461
Lira turca	22	34	29	42	51	76
Peso colombiano	364	133	19		383	133
Outras	51	4	200	26	251	30
	1.407	954	23.658	18.801	25.065	19.755

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Moeda nacional						
CDI	321	431	3.796	2.848	4.117	3.279
TJLP	19	73	99	238	118	311
TLP	48	30	795	312	843	342
Taxa pré-fixada	54	28	575	74	629	102
SELIC	11	20	148	114	159	134
IPCA			574	515	574	515
Total nacional	453	582	5.987	4.101	6.440	4.683
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	565	251	14.621	12.262	15.186	12.513
LIBOR	252	36	2.077	2.438	2.329	2.474
EURIBOR	3		954		957	
Outros	134	85	19		153	85
Total estrangeira	954	372	17.671	14.700	18.625	15.072
	1.407	954	23.658	18.801	25.065	19.755

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia garantia ou prestava avais para o seguinte saldo de empréstimos e financiamentos.

Empresa	2020	2019
Companhia Brasileira de Alumínio	907	955
Votorantim Cimentos Internacional S.A.	3.226	2.502
Votorantim S.A. (i)		983
Outros	13	16
	4.146	4.456

(i) Refere-se a assunção de dívida originalmente contratada pela controlada CBA.

Além destas garantias a Companhia presta aval para o saldo de dívida R\$ 1.344 da *joint venture* VTRM Energia e Participações S.A. (31 de dezembro de 2019, R\$ 1.403).

Em 31 de dezembro de 2020, estava garantido por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária o montante de R\$ 879 (31 de dezembro de 2019, R\$ 895).

(h) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*). Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

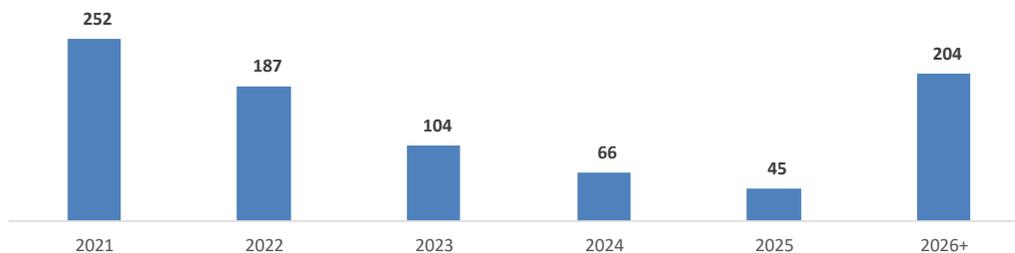
A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, considerando a obtenção de isenções (*waivers*) pela controlada Nexa visando a correção do índice de alavancagem ou o pré-pagamento de dívidas atreladas a estes *covenants*. Portanto, não há possibilidade de que uma contraparte exija o pagamento de dívidas pendentes ou de inadimplência de outros contratos de dívida.

22 Arrendamento

(a) Movimentação das obrigações de arrendamento - IFRS16

	2020	2019
Saldo no início do exercício	841	
Adoção inicial		666
Remensuração de taxa de juros	15	
Novos contratos	112	355
Liquidações	(251)	(217)
Ajuste a valor presente	(7)	
Renegociação de contratos	(8)	
Efeito de controladas incluídas na consolidação	1	13
Variação cambial	163	24
Saldo no final do exercício	858	841
Circulante	235	210
Não circulante	623	631
	858	841

(b) Perfil de vencimento



23 Risco sacado a pagar

A Companhia e suas controladas firmaram contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo a antecipação de seus recebimentos. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

Operações de risco sacado	2020	2019
Mercado interno	540	256
Mercado externo	1.840	1.159
	2.380	1.415

24 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.474)	7.147
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	501	(2.430)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	247	312
Diferença referente alíquota de empresas no exterior	(45)	(82)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido	(607)	(219)
Imposto sobre operação de mineração	(31)	(29)
<i>Impairment</i> de ágio sem constituição de diferido (i)	(351)	
Efeito tributário de reorganização societária VCSA	22	82
Adição de Lucro no exterior IN 1520/14	(381)	(238)
Crédito de IR pago no exterior IN 1520/14	280	166
Constituição de diferido sobre variação cambial dos ativos imobilizados	(356)	(21)
<i>Impairment</i> de tributos diferidos (ii)	(524)	
Diferença permanente - <i>Impairment</i> de investimentos de anos anteriores após alteração da legislação da Espanha VCEAA	(20)	(14)
<i>Impairment</i> do IR diferido	(98)	
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(229)	307
IRPJ e CSLL apurados	(1.592)	(2.166)
Correntes	(901)	(1.461)
Diferidos	(691)	(705)
IRPJ e CSLL no resultado	(1.592)	(2.166)
Taxa efetiva - %	-108%	30%

(i) Refere-se ao *impairment* de ágio da controlada Nexa, conforme mencionado na nota 1.1 (k)

(ii) Refere-se, substancialmente, à reversão de tributo diferido na controlada CBA, conforme mencionado na nota 1.1 (n)

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2020	2019
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.843	2.371
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	990	1.011
Variação cambial	318	278
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	726	343
Provisões referente à processos judiciais	640	597
Benefício fiscal sobre ágio	503	504
Obrigação para desmobilização de ativos	228	178
Uso do bem público - UBP	143	149
Estimativa para perdas de estoques	118	93
Passivos ambientais	98	109
PPR - Provisão de participação no resultado	197	129
Créditos de liquidação para perda estimada	67	74
Provisão de obrigações previdenciárias	57	48
Instrumentos Financeiros - compromisso firme	77	50
Provisão para encargos de energia	57	54
Estimativa para baixa de ativo	14	3
Outros créditos	236	168
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(2.472)	(1.981)
Ajuste a valor justo - instrumentos financeiros	(623)	(549)
Amortização de ágio	(343)	(299)
Mais valia de ativos	(1.728)	(1.344)
Ajuste a valor de mercado	(151)	(179)
Juros capitalizados	(136)	(206)
Ajuste a valor presente	(50)	(34)
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação de desconsolidação de investida		(48)
Outros débitos	(451)	(265)
Líquido	358	1.254
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	2.731	3.341
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(2.373)	(2.087)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.254	1.885
Efeito no resultado do exercício - operações continuadas	(691)	(705)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente	127	103
Variação cambial	(233)	(29)
Outros	(99)	
Saldo no fim do exercício	358	1.254

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2020	Percentual
Em 2021	183	10%
Em 2022	158	9%
Em 2023	267	14%
Em 2024	343	19%
2025 em diante	891	48%
	1.843	100%

25 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativo

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente nos custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado.

(a) Composição e movimentação

	2020					2019	
	Obrigação para desmobilização de ativos	Processos judiciais				Total	Total
		Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras		
Saldo no início do exercício	1.801	878	176	252	30	3.137	2.595
Adições	16	120	294	28	54	512	421
Reversões	(3)	(192)	(81)	(17)	(26)	(319)	(137)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		6	(13)	4		(3)	31
Liquidações com efeito caixa	(69)	(2)	(67)	(8)		(146)	(122)
Liquidações com depósitos judiciais		(26)	(4)	(4)		(34)	(163)
Ajuste a valor presente	117					117	78
Atualização monetária, líquida das reversões	(3)	(22)	1	7	(2)	(19)	17
Variação cambial	250	4	5	2	4	265	33
Reavaliação de fluxo de caixa	76					76	384
Saldo no final do exercício	2.185	766	311	264	60	3.586	3.137

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2020			2019				
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(123)	889	766	145	(129)	1.007	878	182
Trabalhistas	(123)	434	311	22	(110)	286	176	46
Cíveis	(17)	281	264	3	(21)	273	252	108
Outras	(1)	61	60	23	(1)	31	30	9
	(264)	1.665	1.401	193	(261)	1.597	1.336	345

(i) A Companhia e suas controladas possuem saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas como de perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2020	2019
Tributárias	12.581	11.671
Cíveis	7.988	7.900
Ambientais	527	612
Trabalhistas e previdenciárias	367	276
	21.463	20.459

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. A seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

(i) IRPJ/CSLL: auto de infração

Em dezembro de 2016, a controlada VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a VCSA tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgamento parcialmente procedente para a Companhia. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido, logo após, a Companhia apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN, bem como apresentou Recurso Especial contra a parte julgada de forma desfavorável pelo CARF. No momento a Companhia aguarda o julgamento dos Recursos Especiais pela Câmara Superior do CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o montante atualizado da contingência é de R\$ 580, sendo que R\$ 54 está avaliado como provável e possui provisão devidamente constituída, o montante de R\$ 224 está avaliado como possível e o restante como remoto totalizando a quantia de R\$ 316.

Em dezembro de 2017, a VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.295, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela Companhia; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.505 e está avaliado como possível.

(ii) IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas, nos períodos de 2007, 2008, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Saldo composto substancialmente pela Companhia, no montante de R\$ 1.061 em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.096). Todos os casos aguardam julgamento na esfera administrativa.

(iii) ICMS: creditamento

Entre os anos de 2011 e 2013, foram lavrados oito autos de infração e imposição de multa em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. (“CAI”), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência de outras filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 833.

(iv) PIS/COFINS: glosa de saldo negativo

Saldo composto substancialmente pela controlada CBA, a qual possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R\$ 692. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(v) CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

As controladas Nexa BR, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral –“DNPM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de perda possível perfaz a quantia de R\$ R\$ 385.

(vi) IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo

A VSA e suas controladas receberam despachos decisórios relativos a glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos totaliza a quantia de R\$ 385, em dezembro de 2020.

Atualmente, os casos aguardam decisão administrativa em razão da apresentação de impugnação pela Companhia e suas Controladas.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da RFB quando da apreciação dos valores apresentados pela Companhia e suas controladas, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

(vii) ICMS: cobrança de imposto

No quarto trimestre de 2016, a controlada CAI recebeu um auto de infração cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2020 perfaz o montante de R\$ 176. O processo atualmente aguarda julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

(viii) ICMS: sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R\$ 226.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(ix) IRPJ/CSLL: preço de transferência

Entre os anos de 2007 e 2010 foram lavrados quatro autos de infração em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. (“CAI”) visando à cobrança de IRPJ e CSLL e o ajuste na base de prejuízo fiscal e na base negativa da CSLL, em virtude de glosas

perpetradas nos ajustes realizados pela empresa na realização dos cálculos dos preços de transferência, nos exercícios de 2003 e 2004. Em outubro de 2018, um dos casos foi encerrado de forma favorável à CAI, restando sob discussão administrativa o montante de R\$ 191, atualizado até 31 de dezembro de 2020. Os processos ativos aguardam julgamento de recursos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(x) Erro de classificação fiscal: Importação

Em março de 2017, a controlada CBA foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando na exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2020 perfaz, a quantia de R\$ 186.

Por entender indevida a autuação lavrada, a CBA apresentou impugnação que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Atualmente, o caso aguarda julgamento pelo CARF do recurso voluntário apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes a probabilidade de perda do referido processo é considerada possível.

(xi) ICMS: cobrança em razão de divergências quanto à destinação do bem

A controlada CBA foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dessas autuações totaliza o montante de R\$ 86.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(xii) IRPJ/CSLL: dedução de despesas

Em dezembro de 2016 a sua controlada CAI foi autuada por autoridades da RFB objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de exclusões da base de cálculos dos referidos tributos no ano-calendário de 2011. O valor exigido pelo auto de infração perfaz o montante de R\$ 78. Em 2018 houve o cancelamento parcial do auto de infração pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), aguardando-se, atualmente, o julgamento do recurso voluntário apresentado.

(c.2) Composição dos passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Natureza	2020	2019
Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica	4.332	4.023
Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico	2.131	2.052
Demais processos	1.525	1.825
	7.988	7.900

(i) Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou ação civil pública contra a controlada VCSA, juntamente com outras oito empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes de cimento do Brasil, alegando violação à lei brasileira antitruste, como resultado de suposta formação de cartel, na qual buscam, entre outras coisas, que: (1) os demandados paguem uma indenização, em forma conjunta, no montante de R\$ 5.600 em favor dos autores de ação civil pública por danos morais e coletivos; (2) os demandados paguem 10% do montante total pago por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2006, a título de indenização por danos à consumidores individuais; e (3) os réus sofram as seguintes penalidades previstas nos artigos 23, inciso I e 24 da Lei nº 8.884/1994: (i), além da multa referida no item (1) acima, uma multa que varia de 1% a 30% das receitas brutas anuais relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, mas não menor do que a

vantagem monetária adquirida; e (ii) proibição, por um período de pelo menos cinco anos, da obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação realizados pelos governos federal, estadual ou municipal entidades governamentais ou com as agências governamentais. Em virtude da quantidade total de demandas referidas no item (1) acima no montante de R\$ 5.600 e das reivindicações alegando a responsabilidade solidária, a VCSA estimou que, com base em sua estimativa de participação de mercado, a sua parte do passivo seria de aproximadamente R\$ 2.400. No entanto, não pode haver nenhuma garantia de que essa repartição iria prevalecer e que VCSA não será responsabilizada por uma proporção diferente, o que pode ser maior, ou para toda a quantidade dessas demandas. Além disso, não pode haver garantia de que a VCSA não será obrigada a pagar outros montantes a título de indenização por danos causados aos consumidores em conformidade com o item (2) acima e/ou a multa referida no item (3) acima.

No último trimestre de 2018 foi proferido despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelos réus e determinando a produção de prova pericial. No momento aguarda-se decisão sobre embargos de declaração opostos contra referido saneador. A expectativa de perda sob este assunto é considerada possível e não foi registrada nenhuma provisão para esta ação. Em 31 de dezembro de 2020, o montante atualizado da contingência é de R\$ 4.247.

(ii) Investigações administrativas iniciadas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), atual Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Em 2006, a SDE instaurou processo administrativo contra as maiores empresas de cimento do Brasil, incluindo a VCSA, baseado em alegações de práticas anticoncorrenciais que incluíam a fixação de preços e a formação de um cartel. Após a instrução, o tribunal do CADE julgou o processo e chegou aos termos finais da sentença em 29 de julho de 2015, aplicando diversas penalidades às empresas.

As sanções impostas à VCSA incluem uma multa de aproximadamente R\$ 1.566 e a obrigação de a VCSA vender (1) todas as suas participações acionárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2) 20% de sua capacidade instalada de serviços de concreto no Brasil, nos mercados relevantes em que a VCSA possua mais de uma planta de concreto e (3) um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposto ato ilegal do qual a VCSA é acusada. Além disso, outras sanções não-monetárias foram impostas à VCSA, incluindo (1) a obrigação de publicar o extrato da decisão do CADE em um jornal dentre os cinco maiores periódicos nacionais; (2) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito com condições de financiamento subsidiadas por programas ou recursos públicos disponibilizados por tais instituições; e (3) a recomendação à Receita Federal para restringir ou limitar alguns outros benefícios e incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2020, o montante atualizado da contingência é de R\$ 2.131.

A VCSA ajuizou em novembro de 2015 uma ação anulatória para anular a decisão proferida em âmbito administrativo ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. A liminar foi concedida em 24 de novembro de 2015, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo CADE em âmbito administrativo, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações e/ou executar as penalidades até julgamento do mérito. O CADE foi citado e apresentou sua defesa ao passo que a VCSA apresentou sua réplica em novembro de 2016. Recentemente, foi deferida prova pericial econômica. As partes indicaram assistentes técnicos e formularam quesitos. Aguarda-se manifestação do perito informando se aceita o encargo e apresentando estimativa de honorários. A VCSA classificou a probabilidade de perda do processo como possível.

No decorrer do ano de 2017, algumas construtoras e concreteiras ingressaram com ações de cunho indenizatório, em desfavor da Companhia e outras empresas que foram condenadas pelo CADE, em virtude de suposto cartel nos mercados de cimento e concreto, alegando, em suma, que a prática de cartel ensejou danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em janeiro de 2018, foi proferida a primeira sentença de improcedência com julgamento de mérito nas ações indenizatórias. Em dezembro de 2020, existiam trinta sentenças de improcedência em primeira instância; em segunda instância, três dessas sentenças foram confirmadas e cinco foram anuladas, aguardando interposição ou julgamento de recursos aos Tribunais Superiores. Ademais, em dez dessas ações já se reconheceu que eventuais danos oriundos dos fatos apurados no processo administrativo do CADE já estariam prescritos, sendo oito delas em sentenças terminativas.

Uma dessas ações indenizatórias foi proposta pela Mendes Junior Engenharia S.A. Em primeiro grau, foi proferida decisão declarando parcialmente prescritos os eventuais danos postulados, sendo ela revertida em segundo grau e, atualmente, o tema aguarda julgamento de recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça. Posteriormente, foi proferida decisão de mérito julgando improcedentes os pedidos, a autora apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento.

26 Uso do bem público - UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	Participação	2020		2019	
						Ativo intangível (Nota 18)	Passivo	Ativo intangível (Nota 18)	Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	163	661	173	538
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	7	27	7	22
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%		2		2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	8	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	1	6	1	5
Baesa - Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	11	54	12	45
Capim Branco I e Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	2	14	2	12
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	16	85	17	76
Enercan - Campos Novos Energia S.A	CBA Energia Participações S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	24%	2	8	2	7
Enercan - Campos Novos Energia S.A	Pollarix S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	21%	2	7	2	6
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	99	625	106	519
						304	1.497	323	1.238
Circulante							97		87
Não circulante						304	1.400	323	1.151
						304	1.497	323	1.238

27 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas no exterior (Votorantim Cimentos North America - VCNA, VCEAA, Artigas e Acerías Paz del Río S.A.) e no Brasil (Votorantim Cimentos Norte Nordeste - VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	2020	2019
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	139	40
Ativo registrado no balanço patrimonial	139	40
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	240	172
Benefícios de saúde pós-emprego	284	195
Passivo registrado no balanço patrimonial	524	367
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	40	18
Benefícios de saúde pós-emprego	16	13
	56	31
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	(20)	35
Benefícios de saúde pós-emprego	12	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(10)
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	3	25

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pro rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Valor presente de obrigações financiadas	1.266	1.175
Valor justo de ativos do plano	(1.238)	(951)
Déficit de planos financiados	28	224
Valor presente de obrigações não-financiadas	348	88
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	376	312
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	9	15
Passivo líquido do ativo	385	327

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.242	(930)	312	15	327	294
Custo do serviço corrente	11		11		11	8
Despesa (receita) financeira	65	(36)	29	1	30	24
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3)		(3)		(3)	(2)
	73	(36)	37	1	38	30
Remensurações:						
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(62)	(62)		(62)	(78)
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(5)		(5)		(5)	(8)
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças das premissas financeiras	108		108		108	126
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(19)		(19)		(19)	(14)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(6)	(6)	6
	84	(62)	22	(6)	16	32
Variações cambiais	331	(267)	64		64	16
Contribuições:						
Empregador		(10)	(10)		(10)	(10)
Pagamentos dos planos:						
Pagamento de benefícios	(118)	68	(50)		(50)	(35)
Saldo no final do exercício	1.612	(1.237)	375	10	385	327

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

	2020						2019					
	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total
Valor presente da obrigação	48	17	869		357	1.291	44	14	825		292	1.175
Valor justo de ativos do plano	(59)		(1.006)		(199)	(1.264)	(61)		(739)		(151)	(951)
	(11)	17	(137)		158	27	(17)	14	86		141	224
Valor presente de obrigações não-financiadas		77	267	4		348		52	33		3	88
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	10					10	15					15
	(1)	94	130	4	158	385	(2)	66	119	-	144	327

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2020						2019					
	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Colômbia	Total
Taxa de desconto	6,88%	8,40%	2,50%	12,28%	6,50%	7,31%	10,51%	6,12%	3,84%	9,55%	6,30%	7,26%
Taxa de inflação	4,00%	3,90%	2,50%		0,00%	2,60%	5,37%	1,33%	2,00%		3,50%	3,05%
Aumentos salariais futuros	2,77%	8,00%	2,50%	8,28%	0,00%	4,31%	4,88%	7,00%	2,50%	5,55%	3,50%	4,69%
Aumentos de planos de pensão futuros	4,00%				3,50%	3,75%	5,37%				0,00%	2,69%

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes a estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

28 Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 28.656, composto por 18.278.789 milhares de ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Durante o período de um ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. o montante de R\$ 800 correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reservas de lucros" acumulados até 31 de dezembro de 2019.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Valor justo das ações	Remensurações com benefícios de aposentadoria	Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1 de janeiro de 2019	6.545	(5.106)	40	192		(47)		(106)	1.937
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	96								96
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		92							92
Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários			(39)						(39)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados				43					43
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						(133)			(133)
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias							340		340
Ajuste a valor justo das ações, líquido de efeitos tributários					(121)				(121)
Perda no aporte de capital de investidas								(120)	(120)
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	(108)							(15)	(123)
Outros componentes do resultado abrangente								(24)	(24)
Reclassificação entre componentes do resultado abrangente	(103)	22	(16)			(7)		104	
Em 31 de dezembro de 2019	6.430	(4.992)	(15)	235	(121)	(187)	759	(161)	1.948
Em 1 de janeiro de 2020	6.430	(4.992)	(15)	235	(121)	(187)	759	(161)	1.948
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	3.062								3.062
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(289)							(289)
Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários			(636)						(636)
Valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes				(25)					(25)
Ajuste a valor justo de ações, líquido de efeitos tributários					712				712
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						(169)			(169)
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias							426		426
Valor justo - mensuração do risco de crédito de investidas								25	25
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos					(173)				(173)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas								(2)	(2)
Em 31 de dezembro de 2020	9.492	(5.281)	(651)	210	418	(356)	1.185	(138)	4.879

(d) Participação dos acionistas não controladores

	2020	2019
Nexa Resources S.A.	2.602	3.158
Nexa CJM	717	826
Nexa Perú	332	446
Cementos Artigas S.A.	240	203
Yacuces, S.L.	130	124
Itacamba Cemento S.A.	100	100
Acerías Paz Del Rio S.A.	78	63
Outros	254	218
	4.453	5.138

29 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada Votener (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a controlada indireta Votener.

(a) Reconciliação das receitas

	2020	2019
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	18.584	15.478
Vendas de produtos no mercado externo	19.571	16.189
Comercialização de energia elétrica	3.140	3.180
Venda de serviços	668	600
	41.963	35.447
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(5.296)	(4.540)
Receita líquida	36.667	30.907

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2020	2019
Brasil	17.508	15.049
Estados Unidos	4.740	3.664
Peru	2.537	2.350
Argentina	1.491	1.346
Colômbia	1.471	1.196
Canadá	1.789	1.224
Espanha	789	605
Turquia	480	414
Luxemburgo	388	571
Suíça	540	417
Marrocos	546	487
Uruguai	513	353
Japão	242	282
Bolívia	357	351
Bélgica	157	101
Tunísia	337	253
Taiwan	148	132
Chile	259	322
Austria	180	157
Cingapura	399	392
Alemanha	185	90
Equador	46	51
Itália	78	73
Outros países	1.487	1.027
	36.667	30.907

(ii) Receita líquida por moeda

	2020	2019
Real	17.052	14.696
Dólar americano	12.385	10.478
Dólar canadense	1.788	1.224
Euro	922	698
Peso colombiano	1.271	1.043
Peso argentino	1.186	1.088
Dirham marroquino	546	487
Dinars tunísia	337	257
Lira turca	351	275
Peso uruguaio	470	289
Boliviano	355	372
Outras moedas	4	
	36.667	30.907

30 Abertura do resultado por natureza

	2020			2019	
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	17.589	25	1	17.615	15.045
Despesas com benefícios a empregados (a)	3.072	447	1.319	4.838	4.500
Depreciação, amortização e exaustão	3.114	47	132	3.293	3.067
Despesas de transporte	2.518	48	2	2.568	2.077
Serviços de terceiros	1.617	83	747	2.447	2.412
Outras despesas	1.710	250	425	2.385	2.076
	29.620	900	2.626	33.146	29.177

(a) Despesas com benefícios a empregados

(i) Assistência médica (pós-aposentadoria) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2020	2019
Remuneração direta	3.007	2.787
Encargos sociais	1.122	1.066
Benefícios	709	647
	4.838	4.500

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	2020	2019
Constituição de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	12 e 13	(2.777)	(714)
Gastos com projetos não ativáveis		(320)	(467)
Provisões judiciais líquidas		(191)	(270)
Ganho (perda) líquido na venda de imobilizado e intangível		(74)	8
<i>Royalties</i> de mineração e direito de exploração		(55)	(56)
Contratos futuros de energia	16	(54)	(196)
Ganho com operações de <i>hedge</i>		11	7
Receita de aluguéis e arrendamentos		59	56
Receita líquida na venda de sucata		60	54
Recuperação de tributos		174	817
Benefícios fiscais		175	144
Ganho líquido na venda de investimento		427	6.719
Ganho pela compra vantajosa de investida	1.1 (a)	366	
Outras receitas (despesas) líquidas		17	(95)
		(2.182)	6.007

32 Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação Cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	211	568
Receita de aplicações financeiras	211	434
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	72	59
Atualização monetária sobre ativos	27	45
Reversão de atualização de provisões passivas	75	120
Descontos obtidos	18	20
Outras receitas financeiras	66	23
	680	1.269
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.386)	(1.178)
Capitalização de juros sobre empréstimos	7	49
Prêmio pago na recompra de <i>bond</i> (<i>tender offer</i>)	(190)	(172)
Atualização monetária sobre provisões	(228)	(219)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	(167)	(127)
Despesas de captação	(58)	(140)
Juros e atualização monetária UBP	(324)	(101)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(8)	(101)
Ajuste a valor presente CPC 12	(135)	(101)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(38)	(60)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(42)	(45)
Juros sobre <i>streaming</i> de prata	(32)	(26)
Comissões sobre operações financeiras	(147)	(17)
Outras despesas financeiras	(327)	(276)
	(3.075)	(2.514)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		
Receitas	420	139
Despesas	(541)	(374)
	(121)	(235)
Variações cambiais, líquidas	(1.024)	(137)
Resultado financeiro líquido	(3.540)	(1.617)

33 Benefícios fiscais

As controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes tem por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

34 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e lucros cessantes. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

35 Informações de segmentos de negócios

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos de negócio. As informações a seguir referem-se à abertura da VSA por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas *holdings*.

Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VSA, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pela IFRS.

(a) Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações dos segmentos industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos:

	Nota	Segmentos industriais	
		2020	2019
EBITDA ajustado			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.066)	4.925
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(715)	(1.022)
Resultado financeiro líquido		3.536	1.624
Imposto de renda e contribuição social		1.599	2.168
Depreciação, amortização e exaustão		3.293	3.067
Operações descontinuadas			
Resultado financeiro líquido			38
Imposto de renda e contribuição social			(3)
EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais		4.647	10.797
Adições:			
Dividendos recebidos		142	65
Itens excepcionais			
EBITDA - operações descontinuadas			21
Ganho líquido na venda de investimentos		(427)	(6.719)
<i>Impairment</i> de imobilizado e intangível		2.802	723
Outros		(247)	252
EBITDA anualizado ajustado (A)		6.917	5.139
Dívida líquida			
Empréstimos e financiamentos	21	25.065	19.755
Arrendamento mercantil	22	858	841
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos		(14.662)	(10.614)
Dívida líquida (B)		11.261	9.982
Índice de alavancagem financeira (B/A)		1,63	1,94

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

(b) Balanço patrimonial – Segmentos de negócio

	31/12/2020										
Ativo	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	4.424	5.911	1.364	219	229	3.473		15.620	62		15.682
Contas a receber de clientes	1.031	1.189	475	241	400	63	(190)	3.209			3.209
Estoques	1.915	1.333	1.070	404		2		4.724			4.724
Tributos a recuperar	557	350	442	100	7	480		1.936	97		2.033
Dividendos a receber					174	181	(215)	140	36		176
Instrumentos financeiros - compromisso firme					49			49			49
Outros ativos	190	179	54	53	1	61		538			538
	8.117	8.962	3.405	1.017	860	4.260	(405)	26.216	195		26.411
Ativos classificados como mantidos para venda	6	11		8				25			25
	8.123	8.973	3.405	1.025	860	4.260	(405)	26.241	195		26.436
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	986	81	898					1.965			1.965
Instrumentos financeiros - ações						2.590		2.590			2.590
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>						252		252			252
Tributos a recuperar	1.411	449	848	29		229		2.966			2.966
Partes relacionadas	4		17			194	(19)	196			196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	278	1.151	279	200		548	241	2.697	34		2.731
Depósitos judiciais	132	29	15	1		16		193			193
Instrumentos financeiros - compromisso firme					9			9			9
Outros ativos	548	96	34	82		58	32	850			850
	3.359	1.806	2.091	312	9	3.887	254	11.718	34		11.752
Investimentos	1.042	(10)	198		2.997	34.682	(26.159)	12.750	5.872	(5.924)	12.698
Imobilizado	14.132	8.911	5.106	1.335	34	587		30.105			30.105
Intangível	8.258	6.724	531	34	6	145	(1.104)	14.594			14.594
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	534	98	15	129	5	16		797			797
Ativos biológicos			1	6		89		96			96
	27.325	17.529	7.942	1.816	3.051	39.406	(27.009)	70.060	5.906	(5.924)	70.042
Total do ativo	35.448	26.502	11.347	2.841	3.911	43.666	(27.414)	96.301	6.101	(5.924)	96.478

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

	31/12/2020										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	223	759	55	364		6		1.407			1.407
Arrendamento	105	83	9	16	3	19		235			235
Instrumentos financeiros derivativos	37	28	446					511			511
Risco sacado a pagar	1.031	755	594					2.380			2.380
Fornecedores	2.481	1.923	426	319	376	13	(134)	5.404			5.404
Salários e encargos sociais	548	292	176	56	27	75		1.174			1.174
Tributos a recolher	311	218	74	128	9	13		753	7		760
Adiantamento de clientes	50	10	32	68	8	14		182			182
Dividendos a pagar	87	68	34	1	101		(247)	44			44
Uso do bem público - UBP	41	8	48					97			97
Partes relacionadas			1				(1)				
Instrumentos financeiros - compromisso firme	9		66					75			75
Receita diferida - streaming de prata		141						141			141
Outros passivos	470	178	69	33	1	171		922	2		924
	5.393	4.463	2.030	985	525	311	(382)	13.325	9		13.334
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	2							2			2
	5.395	4.463	2.030	985	525	311	(382)	13.327	9		13.336
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	11.376	9.761	2.488	19		14		23.658			23.658
Arrendamento	449	50	7	115	2			623			623
Instrumentos financeiros derivativos	720	112	1.580					2.412			2.412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	745	1.110	5	33	48	264		2.205	168		2.373
Partes relacionadas	21	3	3		1	4	(21)	11			11
Provisões	1.170	1.350	761	127	1	177		3.586			3.586
Uso do bem público - UBP	584	100	716					1.400			1.400
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	365			159				524			524
Instrumentos financeiros - compromisso firme	57		153					210			210
Receita diferida - streaming de prata		722						722			722
Outros passivos	325	241	54	92	20	95		827			827
	15.812	13.449	5.767	545	72	554	(21)	36.178	168		36.346
Total do passivo	21.207	17.912	7.797	1.530	597	865	(403)	49.505	177		49.682
Patrimônio líquido											
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	13.515	6.960	3.375	1.006	3.314	42.801	(28.661)	42.310	5.924	(5.893)	42.341
Participação dos acionistas não controladores	726	1.630	175	305			1.650	4.486		(31)	4.455
Total do patrimônio líquido	14.241	8.590	3.550	1.311	3.314	42.801	(27.011)	46.796	5.924	(5.924)	46.796
Total do passivo e patrimônio líquido	35.448	26.502	11.347	2.841	3.911	43.666	(27.414)	96.301	6.101	(5.924)	96.478

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

(c) Demonstração do resultado – Segmentos de negócio

	Votorantim				Votorantim			Total segmentos	Votorantim		2020
	Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Energia	Holding e outras	Eliminações	Industriais	Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	16.740	10.097	5.411	2.465	3.588	76	(1.710) (**)	36.667			36.667
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(12.816)	(8.059)	(4.831)	(2.005)	(3.571)	(48)	1.710 (**)	(29.620)			(29.620)
Lucro bruto	3.924	2.038	580	460	17	28		7.047			7.047
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(708)	(129)	(37)	(23)		(3)		(900)			(900)
Gerais e administrativas	(1.061)	(673)	(284)	(158)	(101)	(335)		(2.612)	(14)		(2.626)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(113)	(2.906)	175	109	84	469		(2.182)			(2.182)
	(1.882)	(3.708)	(146)	(72)	(17)	131		(5.694)	(14)		(5.708)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.042	(1.670)	434	388		159		1.353	(14)		1.339
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	51		(3)		445	(1.411)	1.633	715	719	(707)	727
	51		(3)		445	(1.411)	1.633	715	719	(707)	727
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	281	80	136	36	12	143	(11)	677	3		680
Despesas financeiras	(1.349)	(880)	(415)	(227)	(20)	(188)	11	(3.068)	(7)		(3.075)
Resultado dos Instrumentos financeiros derivativos	279	2	1			(403)		(121)			(121)
Variações cambiais, líquidas	(277)	(545)	(215)	10		3		(1.024)			(1.024)
	(1.066)	(1.343)	(493)	(181)	(8)	(445)		(3.536)	(4)		(3.540)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.027	(3.013)	(62)	207	437	(1.697)	1.633	(1.468)	701	(707)	(1.474)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(375)	(321)	(52)	(109)	(1)	(43)		(901)			(901)
Diferidos	(215)	213	(766)	(12)	(19)	101		(698)	7		(691)
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas	437	(3.121)	(880)	86	417	(1.639)	1.633	(3.067)	708	(707)	(3.066)
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	1							1			1
Lucro do exercício atribuído aos acionistas	438	(3.121)	(880)	86	417	(1.639)	1.633	(3.066)	708	(707)	(3.065)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	393	(2.646)	(927)	56	425	(1.639)	2.702	(1.636)	707	(707)	(1.636)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores	45	(475)	47	30	(8)		(1.069)	(1.430)	1		(1.429)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	438	(3.121)	(880)	86	417	(1.639)	1.633	(3.066)	708	(707)	(3.065)

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas

em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

2019

	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.027	9.200	5.264	2.133	4.229	75	(3.021) (**)	30.907			30.907
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.689)	(7.669)	(4.606)	(1.715)	(4.103)	(51)	3.021 (**)	(25.812)			(25.812)
Lucro bruto	2.338	1.531	658	418	126	24		5.095			5.095
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(714)	(99)	(36)	(21)		(3)		(873)			(873)
Gerais e administrativas	(910)	(803)	(214)	(155)	(94)	(302)		(2.478)	(14)		(2.492)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	701	(1.073)	(178)	110	(56)	6.503		6.007			6.007
	(923)	(1.975)	(428)	(66)	(150)	6.198		2.656	(14)		2.642
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.415	(444)	230	352	(24)	6.222		7.751	(14)		7.737
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	189	(3)	14		356	880	(522)	914	797	(792)	919
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	108							108			108
	297	(3)	14		356	880	(522)	1.022	797	(792)	1.027
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	547	122	313	25	99	283	(127)	1.262	7		1.269
Despesas financeiras	(1.240)	(487)	(447)	(145)	(116)	(206)	127	(2.514)			(2.514)
Resultado dos Instrumentos financeiros derivativos	(77)	12	(68)			(102)		(235)			(235)
Variações cambiais, líquidas	(42)	(49)	(46)	(52)		52		(137)			(137)
	(812)	(402)	(248)	(172)	(17)	27		(1.624)	7		(1.617)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	900	(849)	(4)	180	315	7.129	(522)	7.149	790	(792)	7.147
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(290)	(171)	(42)	(87)	(14)	(857)		(1.461)			(1.461)
Diferidos	(5)	411	11	14	25	(1.163)		(707)	2		(705)
Lucro (prejuízo) proveniente de operações continuadas	605	(609)	(35)	107	326	5.109	(522)	4.981	792	(792)	4.981
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	(56)							(56)			(56)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	549	(609)	(35)	107	326	5.109	(522)	4.925	792	(792)	4.925
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	479	(486)	(64)	55	326	5.109	(249)	5.170	792	(792)	5.170
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores	70	(123)	29	52			(273)	(245)			(245)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	549	(609)	(35)	107	326	5.109	(522)	4.925	792	(792)	4.925

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

(d) EBITDA ajustado – Segmentos de negócio

2020

	Votorantim				Votorantim			Total segmentos	Votorantim	Total consolidado
	Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Energia	Holding e outras	Eliminações	industriais	Finanças	
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	16.740	10.097	5.411	2.465	3.588	76	(1.710) (**)	36.667		36.667
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(12.816)	(8.059)	(4.831)	(2.005)	(3.571)	(48)	1.710 (**)	(29.620)		(29.620)
Lucro bruto	3.924	2.038	580	460	17	28		7.047		7.047
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(708)	(129)	(37)	(23)		(3)		(900)		(900)
Gerais e administrativas	(1.061)	(673)	(284)	(158)	(101)	(335)		(2.612)	(14)	(2.626)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(113)	(2.906)	175	109	84	469		(2.182)		(2.182)
	(1.882)	(3.708)	(146)	(72)	(17)	131		(5.694)	(14)	(5.708)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.042	(1.670)	434	388		159		1.353	(14)	1.339
Adição:										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	1.420	1.248	431	157	5	32		3.293		3.293
EBITDA	3.462	(422)	865	545	5	191		4.646	(14)	4.632
Adição:										
Dividendos recebidos	129		11		38	2	(38)	142	111	253
Itens excepcionais										
Impairment - imobilizado, intangível e investimento	215	2.561	26					2.802		2.802
Ganho pela compra vantajosa de investida			(366)					(366)		(366)
Ganho líquido na venda de investimentos						(427)		(427)		(427)
Outros	29					91		120		120
EBITDA ajustado	3.835	2.139	536	545	43	(143)	(38)	6.917	97	7.014

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2020

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

	2019										
	Votorantim				Votorantim				Total segmentos	Votorantim	
	Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (*)	Energia	Holding e outras	Eliminações	industriais	Finanças	Total consolidado	
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.027	9.200	5.264	2.133	4.229	75	(3.021) (**)	30.907		30.907	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.689)	(7.669)	(4.606)	(1.715)	(4.103)	(51)	3.021 (**)	(25.812)		(25.812)	
Lucro bruto	2.338	1.531	658	418	126	24		5.095		5.095	
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(714)	(99)	(36)	(21)		(3)		(873)		(873)	
Gerais e administrativas	(910)	(803)	(214)	(155)	(94)	(302)		(2.478)	(14)	(2.492)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	701	(1.073)	(178)	110	(56)	6.503		6.007		6.007	
	(923)	(1.975)	(428)	(66)	(150)	6.198		2.656	(14)	2.642	
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.415	(444)	230	352	(24)	6.222		7.751	(14)	7.737	
Adição											
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	1.222	1.245	463	104	5	28		3.067		3.067	
EBITDA	2.637	801	693	456	(19)	6.250		10.818	(14)	10.804	
Adição:											
Dividendos recebidos	65					69	(69)	65	540	605	
Itens excepcionais											
Ganho líquido na venda de investimentos							(6.719)	(6.719)		(6.719)	
Impairment - imobilizado, intangível e investimento	14	564	145					723		723	
Outros	(39)		24			267		252		252	
EBITDA ajustado	2.677	1.365	862	456	50	(202)	(69)	5.139	526	5.665	

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(**) Referem-se substancialmente a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

36 Eventos subsequentes

(a) Venda de ações Suzano – VSA

Em 23 de janeiro de 2021, a VSA, alienou 25.000.000 de ações ordinárias na Suzano S.A (“Suzano”) detidas pela Companhia, pelo valor de R\$ 64,60 cada, totalizando R\$ 1.615 milhões. Após a venda a VSA mantém em sua titularidade 25.180.059 ações ordinárias, correspondentes a aproximadamente 1,9% do capital social total e votante da Suzano.

(b) Deliberação de dividendos – VSA

Em 26 de janeiro de 2021, a Companhia deliberou à sua controladora Hejoassu Administração S.A., o montante de R\$ 499 correspondente a dividendos relativos à parte do saldo da conta de "Reservas de Lucros", acumulado de exercícios anteriores. O valor foi integralmente pago até o dia 10 de fevereiro de 2021.

(c) Pré-pagamento nota de crédito de exportação – Nexa

Em 22 de janeiro de 2021, a Nexa pagou antecipadamente o principal em aberto e os juros acumulados de uma Nota de Crédito de Exportação no Brasil no valor de R\$ 250 e R\$ 13 dos juros vencidos.

(d) Utilização de linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) pela St. Marys

Em janeiro e fevereiro de 2021, a controlada indireta St. Marys realizou saques na linha de crédito rotativo (*Committed Credit Facility*) disponível, atingindo o total equivalente à USD 50,4 milhões, com vencimento em agosto de 2024.

O montante de USD 239,6 milhões permanece à disposição da Companhia e suas controladas para novos saques, se necessário.

(e) Distribuição de dividendos – Nexa

Em 11 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Nexa aprovou distribuição de dividendos para os acionistas no valor de aproximadamente USD 35 milhões a serem pagos em 26 de março de 2021.

(f) Incidente ocorrido em subestação coletora da controlada em conjunto VTRM

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, formado por parques eólicos pertencentes a controlada em conjunto VTRM, provocou o desligamento do transformador de força (trafo) remanescente dessa subestação, o que causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que a totalidade da energia que vinha sendo gerada pelo complexo já havia sido direcionada para escoamento para esse transformador em função do incidente ocorrido em junho de 2020, que provocou o desligamento do outro transformador existente nessa subestação.

A Administração da VTRM está atuando para obtenção de parecer sobre a viabilidade de conserto ou necessidade de substituição do transformador, bem como o prazo para resolução do problema em ambos os cenários.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com conseqüente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi recebido o diagnóstico definitivo sobre a viabilidade do conserto e tampouco o parecer da seguradora relativo à indenização.

(g) Aprovação de distribuição de dividendos pela VCSA

Em Assembleia Geral Extraordinária da VCSA, realizada em 25 de fevereiro de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 345.

(h) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) – Votorantim Cimentos

Em 08 de fevereiro de 2021, por meio da RB Capital Companhia de Securitização, a VCNNE e sua controladora VCSA assinaram os documentos de oferta para a 2ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) no mercado de capitais brasileiro, sendo o montante emitido pela Companhia de R\$ 136, que são garantidos pela controladora VCSA. A operação possui vencimento em 12 anos e o custo de IPCA + 4,4657% a.a.. A previsão de desembolso dos valores pelos investidores é de 17 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, a VCNNE realizou a contratação de operação instrumento financeiro derivativo a termo (swap), no montante total de R\$ 136, com início em 15 de março de 2021, que visa a troca da exposição da taxa floating IPCA + para taxa floating CDI+, resultando em custo final de CDI + 1,33% a.a.. Os recursos captados serão destinados aos investimentos e despesas de obras civis, seja para reforma, manutenção e/ou expansão das nossas unidades operacionais no Brasil, bem como para reembolso de gastos dessa natureza ocorridos nos últimos dois anos.

Esta operação está alinhada com a estratégia da Companhia de diversificar suas fontes de financiamento e aumentar sua atuação no mercado local.

(i) Pré-pagamento da 1ª emissão de debêntures – Votorantim Cimentos

Em 05 de março de 2021, a VCNNE efetuou o resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação da sua 1ª emissão pública de debêntures no montante de R\$ 450, com vencimento original em abril de 2023. Os recursos deste pré-pagamento foram oriundos da 12ª emissão pública de debêntures da VCSA, emitida em 24 de fevereiro de 2021, no montante total de R\$ 450, custo de CDI + 1,45% ao ano e vencimento em fevereiro de 2026.